MRS Logística S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da administração 04

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 30

Balanço patrimonial 35

Demonstração do resultado 37

Demonstração do resultado abrangente 38

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 39

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto 41

Demonstração do valor adicionado 45

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 47

1. Informações da Companhia 47
2. Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras 48
3. Novas normas contábeis emitidas e alteradas recentemente 51
4. Caixa e equivalentes de caixa 52
5. Caixa restrito 52
6. Contas a receber de clientes 53
7. Partes relacionadas 54
8. Outras contas a receber 61
9. Estoques 62
10. Tributos a recuperar 63
11. Despesas antecipadas 64
12. Outros ativos circulantes e não circulantes 64
13. Investimentos 65
14. Imobilizado e ativos de direito de uso 66
15. Intangível 74
16. Fornecedores 75
17. Obrigações sociais e trabalhistas 76
18. Imposto de renda e contribuição social 76
19. Outras obrigações fiscais 76
20. Empréstimos e financiamentos 77
21. Arrendamento 81
22. Instrumentos financeiros 86

23. Tributos diferidos **103**
24. Dividendos a pagar **106**
25. Provisões **106**
26. Outras obrigações **113**
27. Patrimônio líquido **114**
28. Resultado por ação **116**
29. Receita líquida de serviços **116**
30. Custos e despesas por natureza **117**
31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas **118**
32. Resultado financeiro, líquido **119**
33. Tributos sobre o lucro **120**
34. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa **122**
35. Seguros **125**
36. Segmentos operacionais **125**
37. Eventos subsequentes **126**

Administração: Conselheiros e Diretores **127**

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras **128**

Declaração dos diretores sobre relatório auditor independente **129**

Orçamento de capital para 2026 **130**

Destaques 2025

Destaques Financeiros e Operacionais	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Volume Transportado (TU milhares)	55.771	47.391	17,7%	57.548	-3,1%	213.001	202.525	5,2%
Receita Líquida de Serviços (R$ MM)	1.948,5	1.614,2	20,7%	2.029,0	-4,0%	7.585,1	7.024,9	8,0%
EBITDA (R$ MM)	973,7	746,5	30,4%	1.103,4	-11,8%	3.971,7	3.559,9	11,6%
Margem EBITDA (%)	50,0%	46,2%	3,8pp	54,4%	-4,4pp	52,4%	50,7%	1,7pp
Lucro Líquido (R$ MM)	329,5	285,8	15,3%	460,7	-28,5%	1.555,1	1.415,5	9,9%
Dívida Bruta (R$ MM)	10.121,5	8.763,8	15,5%	9.856,6	2,7%	10.121,5	8.763,8	15,5%
Dívida Líquida (R$ MM)	5.742,5	4.616,4	24,4%	5.360,3	7,1%	5.742,5	4.616,4	24,4%
Dívida Líquida/EBITDA [1] (x)	1,4	1,3	0,1	1,4	0,0	1,4	1,3	0,1
Investimentos (R$ MM)	818,1	931,1	-12,1%	866,2	-5,6%	3.400,8	2.864,5	18,7%

[1] EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, quando analisado o trimestre.

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico global mais lento e volátil, com desaceleração moderada no Brasil — crescimento estimado entre 1,9% e 2,4% — em meio à política monetária restritiva e a necessidade de avanços fiscais. Ainda assim, a forte produção agrícola e a demanda estável por minerais sustentaram os principais fluxos logísticos do país.

No cenário internacional, tensões comerciais e ajustes tarifários pressionaram cadeias produtivas, mas a resiliência da China, com crescimento anual acumulado de 5,2% até o 3º trimestre, apoiou o mercado de *commodities*, contribuindo para estabilidade na demanda por minério de ferro.

Nesse contexto, a MRS encerrou o ano de 2025 com maior volume transportado, atingido 213,0 Mt, dos quais 130,5 Mt pelo transporte de minério e 82,5 Mt pelo transporte de Carga Geral. A Receita Líquida de Serviços foi de R$ 7,6 bilhões, EBITDA de R$ 4,0 bilhões e margem EBITDA de 52,4%.

O ano de 2025, também, foi consolidado por investimentos estratégicos: R$ 3,4 bilhões destinados à modernização da malha, projetos de mobilidade urbana, ampliação de pátios e aprimoramentos de infraestrutura crítica.

A Companhia encerrou o exercício com caixa de R$ 4,4 bilhões (-R$ 117 MM) dívida líquida de R$ 5,7 bilhões (+R$ 382 MM). O índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA) de 1,4x, manteve o mesmo patamar em relação ao trimestre anterior, compatível com seu perfil operacional e estratégia de longo prazo, sustentando uma posição financeira equilibrada e alinhada ao compromisso de solidez e sustentabilidade.

No início do ano, a MRS divulgou o Plano de Compromisso ESG e, como resultado do comprometimento com as metas públicas definidas para a Agenda de Sustentabilidade, a Companhia registrou 29,2% de mulheres em cargos de liderança, reduziu 3,4% da intensidade de emissões em relação ao ano anterior, manteve a taxa de acidente abaixo de 1,0 e permaneceu com zero vidas perdidas por acidente de trabalho. Mais detalhes sobre o Plano de Compromissos serão apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2025, a ser publicado em breve.

DESEMPENHO COMERCIAL OPERACIONAL

A MRS Logística atua, principalmente, no transporte de insumos e produtos relacionados à indústria siderúrgica, tais como minério de ferro, carvão e coque, tanto para atendimento ao mercado interno quanto para exportação, e no transporte de Carga Geral própria e de outras ferrovias, que engloba as *commodities* agrícolas, os produtos siderúrgicos, os contêineres, a celulose, entre outros, em uma malha ferroviária de 1.643 km, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, região que concentra cerca de metade do PIB brasileiro.

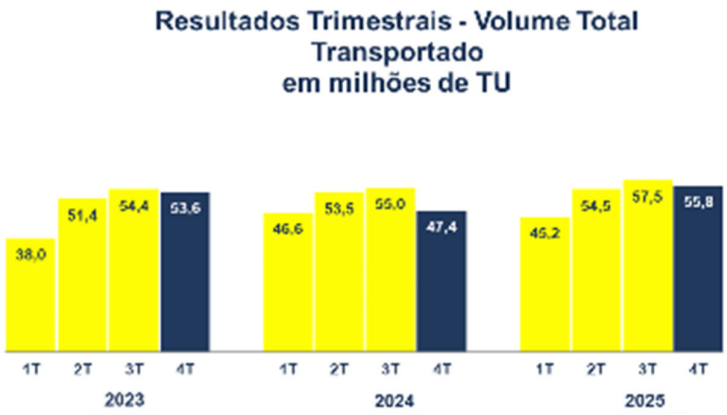
Em 2025, o volume total transportado pela Companhia foi de 213,0 Mt, apresentando o melhor resultado de sua história, com aumento de 5,2% em comparação ao ano de 2024. Ao analisarmos o 4T25 frente ao 4T24, o volume foi 17,7% superior, impactado, principalmente, pelo segmento de Mineração, que equivale a 61% do total realizado pela MRS.

O segmento de Mineração registrou melhor desempenho histórico, alcançando volume recorde de transporte de 130,5 Mt, representando crescimento de 5,4% em relação ao ano de 2024. No 4T25, observou-se incremento de 23,1% frente ao mesmo período do ano anterior e redução de 2,9% quando comparado ao 3T25.

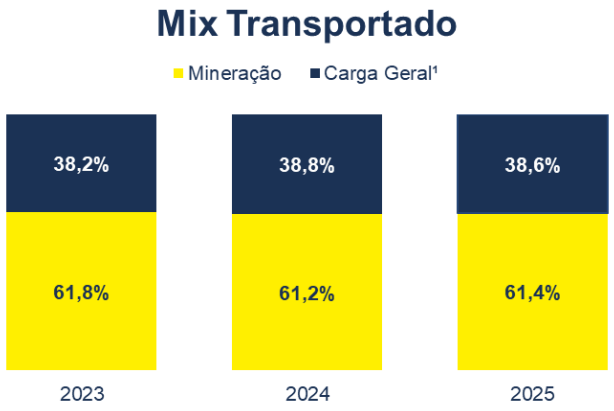
O segmento de transporte de Carga Geral encerrou o ano de 2025 com o volume de 82,2 Mt, consolidando um novo recorde anual, superior em 4,8% ao registrado no ano de 2024. No 4T25, verificou-se crescimento de 10,2% frente ao 4T24 e redução de 3,4% em relação ao 3T25.

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Mineração	**33.925**	**27.563**	**23,1%**	**34.937**	**-2,9%**	**130.528**	**123.857**	**5,4%**
Minério de Ferro	33.427	26.953	24,0%	34.505	-3,1%	128.771	121.540	5,9%
Exportação	30.368	23.993	26,6%	31.396	-3,3%	116.389	109.112	6,7%
Mercado Interno	3.059	2.960	3,3%	3.109	-1,6%	12.382	12.427	-0,4%
Carvão e Coque	498	610	-18,4%	432	15,3%	1.756	2.317	-24,2%
Carga Geral	**21.785**	**19.764**	**10,2%**	**22.547**	**-3,4%**	**82.216**	**78.443**	**4,8%**
Produtos Agrícolas	14.419	12.101	19,2%	14.999	-3,9%	53.320	50.407	5,8%
Produtos Siderúrgicos	1.727	1.758	-1,7%	1.753	-1,5%	6.999	7.131	-1,9%
Celulose	1.973	2.125	-7,2%	2.250	-12,3%	8.329	6.813	22,2%
Contêineres	642	648	-1,0%	671	-4,4%	2.511	2.576	-2,5%
Construção Civil	657	664	-1,0%	700	-6,1%	2.609	2.653	-1,7%
Outros	2.368	2.469	-4,1%	2.174	8,9%	8.449	8.863	-4,7%
Volume Faturado [1]	**55.710**	**47.327**	**17,7%**	**57.484**	**-3,1%**	**212.743**	**202.300**	**5,2%**
Carga Não Remunerada	61	64	-4,6%	64	-5,2%	258	225	14,5%
Volume Total Transportado	**55.771**	**47.391**	**17,7%**	**57.548**	**-3,1%**	**213.001**	**202.525**	**5,2%**

[1] Exclui Carga não remunerada: utilizado pela Companhia para transporte próprio.



O mix transportado manteve-se em linha com ano de 2024, sendo 61,4% de participação do grupo Mineração e 38,6% do grupo de Carga Geral, conforme detalhado a seguir.



Mineração

O transporte de minério de ferro, carvão e coque em 2025 foi superior em 5,4% quando comparado a 2024, beneficiado, principalmente, pelo maior volume de minério exportação e de carvão e coque, conforme explicações a seguir.

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Mineração	**33.925**	**27.563**	**23,1%**	**34.937**	**-2,9%**	**130.528**	**123.857**	**5,4%**
Minério de Ferro	33.427	26.953	24,0%	34.505	-3,1%	128.771	121.540	5,9%
Exportação	30.368	23.993	26,6%	31.396	-3,3%	116.389	109.112	6,7%
Mercado Interno (A)	3.059	2.960	3,3%	3.109	-1,6%	12.382	12.427	-0,4%
Carvão e Coque (B)	498	610	-18,4%	432	15,3%	1.756	2.317	-24,2%
Mercado Interno + Carvão e Coque = (A+B)	3.557	3.570	-0,4%	3.541	0,4%	14.138	14.744	-4,1%

Minério de Ferro | Exportação

O volume de carga de minério de ferro destinado à exportação, em 2025, totalizou em 116,4 Mt, correspondendo a 89,2% do volume transportado pelo grupo Mineração e a 54,7% do volume total transportado pela MRS. Esse resultado representa um crescimento de 6,7% quando comparado com ano de 2024, impulsionado pelo bom desempenho dos clientes, principalmente no segundo semestre, em função da entrada de volumes adicionais provenientes da negociação de novos contratos e de um cenário de mercado mais estável.

Ao analisarmos a *performance* do 4T25 em comparação ao 4T24, o segmento registrou crescimento de 26,6% e retração de 3,3% frente ao 3T25.

Mercado Interno | Minério, Carvão e Coque

O transporte de minério de ferro, carvão e coque no mercado interno, totalizou em 2025 o volume de 14,2 Mt, com uma redução de 4,1% em comparação com o ano de 2024. Este resultado é devido ao menor recebimento de insumos para a siderurgia, decorrente de paradas programadas de equipamentos de grande porte para realização de manutenções.

Carga Geral

O transporte de Carga Geral, realizado pela MRS e outras ferrovias por meio do direito de passagem remunerado, engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, celulose, entre outros.

O resultado do ano de 2025 foi o melhor da história da MRS, totalizando o recorde de transporte de 82,2 Mt, que representa aumento de 4,8% quando comparado ao ano de 2024.

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Carga Geral	**21.785**	**19.764**	**10,2%**	**22.547**	**-3,4%**	**82.216**	**78.443**	**4,8%**
Produtos Agrícolas	14.419	12.101	19,2%	14.999	-3,9%	53.320	50.407	5,8%
Produtos Siderúrgicos	1.727	1.758	-1,7%	1.753	-1,5%	6.999	7.131	-1,9%
Celulose	1.973	2.125	-7,2%	2.250	-12,3%	8.329	6.813	22,2%
Contêineres	642	648	-1,0%	671	-4,4%	2.511	2.576	-2,5%
Construção Civil	657	664	-1,0%	700	-6,1%	2.609	2.653	-1,7%
Outros[1]	2.368	2.469	-4,1%	2.174	8,9%	8.449	8.863	-4,7%

[1] Exclui Carga não remunerada: utilizado pela Companhia para transporte próprio.

Produtos Agrícolas

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Produtos Agrícolas	**14.419**	**12.101**	**19,2%**	**14.999**	**-3,9%**	**53.320**	**50.407**	**5,8%**
Soja	2.895	22	>100%	3.441	-15,9%	21.987	16.196	35,8%
Farelo de Soja	1.805	1.868	-3,4%	1.873	-3,6%	7.399	7.434	-0,5%
Açúcar	3.240	3.239	0,0%	4.445	-27,1%	11.863	12.543	-5,4%
Milho	6.479	6.971	-7,1%	5.240	23,6%	12.071	14.233	-15,2%

Os produtos agrícolas transportados pela MRS são: soja, farelo de soja, açúcar e milho e representaram 64,9% do segmento de Carga Geral, finalizando o ano de 2025 com 53,3 Mt, crescimento de 5,8% frente ao ano de 2024 e encerrou o 4T25 com 14,4 Mt, aumento de 19,2% quando comparado ao 4T24.

A soja destacou-se como a *commodities* de melhor desempenho em 2025, registrando crescimento de 35,8% frente ao ano de 2024, impulsionado por um cenário de exportação mais favorável decorrente da combinação de fatores econômicos, logísticos e condições climáticas. No transporte de carga própria de soja, a MRS apresentou incremento de 38% frente ao ano anterior, resultado da entrada de novos *players*.

Em 2025, os volumes de milho e açúcar apresentaram retração de 15,2% e 5,4%, respectivamente, em relação ao ano de 2024, cenário observado exclusivamente nos transportes realizados por outras ferrovias. No que se refere ao transporte de carga própria de açúcar, a MRS registrou crescimento de 7,4% frente a 2024 e de 34,8% em relação ao 4T24, impulsionado principalmente pela entrada de novo cliente, contribuindo para a expansão da capacidade e diversificação da base de clientes da Companhia.

Produtos Siderúrgicos

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Produtos Siderúrgicos	1.727	1.758	-1,7%	1.753	-1,5%	6.999	7.131	-1,9%

O segmento de produtos siderúrgicos, que contempla o transporte de produtos *outbound* (destinado aos clientes das siderúrgicas), *inbound* (destinado as próprias siderúrgicas) e aço semiacabado (placas), finalizou o ano de 2025 com transporte de 7,0 Mt, redução de 1,9% frente ao ano anterior.

O desempenho do segmento foi impactado, principalmente, pela postergação de projetos de expansão da produção em usinas siderúrgicas, aumento das importações de aço, que impactaram o mercado nacional, além das taxações internacionais, que reduziu o volume de exportação.

Celulose

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Celulose	1.973	2.125	-7,2%	2.250	-12,3%	8.329	6.813	22,2%

O transporte de celulose finalizou o ano de 2025 com volume total de 8,3 Mt, aumento de 22,2% frente ao ano anterior, reflexo da maturidade do transporte de um dos principais clientes desse segmento, além da melhor *performance* operacional.

O 4T25 apresentou queda de 7,2% e 12,3% em relação ao 4T24 e ao 3T25, respectivamente, devido ao ajuste de calendário de um dos principais clientes para a parada de manutenção e à postergação na retomada, após o término dessa manutenção.

Contêineres

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Contêineres	642	648	-1,0%	671	-4,4%	2.511	2.576	-2,5%

O segmento de transporte de contêineres encerrou o ano de 2025 com o volume de 2,5 Mt, retração de 2,5% frente ao ano de 2024.

O desempenho foi influenciado pelo transporte realizado por outras ferrovias e pela movimentação de carga própria, decorrentes da migração de volumes para um terminal sem acesso ferroviário, o que reduziu a competitividade da MRS.

Construção Civil

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Construção Civil	657	664	-1,0%	700	-6,1%	2.609	2.653	-1,7%

O segmento de transporte de construção civil registrou, em 2025, o volume de 2,7 Mt, representando retração de 1,7% frente ao ano de 2024, principalmente, pela redução na demanda de coque e escória devido à estratégia interna de um dos clientes dessa carteira em migrar navios para um porto que a MRS não atende e baixa disponibilidade de escória no mercado nacional reflexo do cenário de importações de aço.

Outras Cargas

Volume Transportado TU Milhares	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Outros[1]	2.429	2.532	-4,1%	2.238	8,5%	8.707	9.088	-4,2%

[1] Inclui carga não remunerada: utilizado pela Companhia para transporte próprio.

O transporte de outras cargas inclui cargas próprias, que abrangem os seguintes produtos: ferro gusa, carvão mineral energético, calcário para siderurgia, bauxita e “cargas de outras ferrovias” que incorporam: enxofre, adubos e fertilizantes, dentre outros.

O segmento de outras cargas registrou um volume transportado de 8,7 Mt, no ano de 2025, com redução de 4,2% frente ao ano de 2024 e finalizou o 4T25 com 2,4 Mt, menor 4,1% frente ao 4T24.

No transporte de carga própria, verificou-se redução anual de 10,5% frente ao ano anterior, impactada principalmente pela redução na demanda de bauxita, após manutenções corretivas que resultaram no desligamento de altos fornos, e ainda, a redução nos volumes de insumos em função da menor produção das Usinas, influenciada pelo cenário das importações de aço.

Eficiência Energética

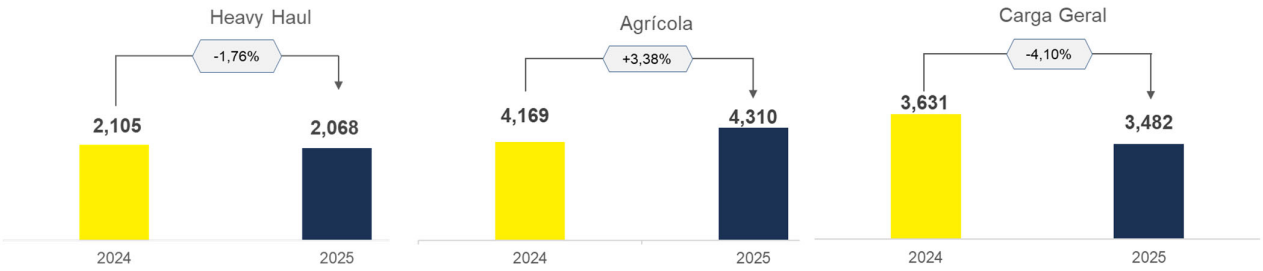
A sustentabilidade ambiental e a eficiência ecológica fazem parte dos principais compromissos da MRS. Nesse contexto, o indicador de Eficiência Energética representa um dos principais instrumentos para o alcance desses compromissos. A gestão do tema é realizada de forma contínua, por meio da medição da quantidade de litros de combustível consumidos no transporte de 1.000 toneladas brutas por quilômetro (litros por mil TKB).

As análises de Eficiência Energética são estratificadas a partir da separação dos agrupamentos de carga em três classes, considerando as particularidades do modelo de transporte: *Heavy Haul*, Carga Geral e Agrícolas. Em conjunto, essas três classes representam 99,9% de todo o transporte de toneladas brutas da Companhia, sendo o restante proveniente da classe denominada Serviços, que contempla atividades internas de atendimento não remunerado.

A MRS encerrou o ano com recorde histórico anual de carga própria transportada (153,4 milhões de toneladas), e o resultado consolidado do índice de Eficiência Energética foi de 2,421 L/kTKB, superando o objetivo estabelecido para o exercício e representando uma economia aproximada de 3,6 milhões de litros de combustível.

No segmento de *Heavy Haul* o índice atingiu 2,068 L/kTKB e de Cargas Geral foi 3,482 L/kTKB, representando melhora, em comparação ao ano de 2024, de 1,76% e de 4,10%, respectivamente. Para o segmento de Agrícolas, o índice apresentou aumento de 3,38%, alcançando 4,310 L/kTKB.

Comparação da Eficiência Energética
(L/kTKB) por Agrupamento



Principais fatores que contribuíram para a *performance* do consumo de combustível:

I. Heavy Haul

- Fortalecimento da governança de Eficiência Energética por meio da criação de um grupo multidisciplinar, envolvendo áreas operacionais, engenharia, manutenção, planejamento e ESG, com foco na gestão integrada das iniciativas, acompanhamento sistemático dos resultados e disseminação das melhores práticas relacionadas à redução do consumo energético;
- Reestruturação do modelo de gestão de fila e do dimensionamento de recursos para o escoamento de minério de ferro, com o objetivo de melhorar a fluidez operacional e mitigar impactos negativos sobre o consumo de combustível;
- Priorização da utilização de locomotivas de maior Eficiência Energética no comando de trens de minério, com destaque para a alocação preferencial de modelos mais modernos, como a ES44, visando à redução do consumo específico de combustível;
- Reestruturação do modelo de circulação de trens no principal corredor de escoamento de minério, por meio de estratégias relacionadas à dinâmica dos trens e às características do trecho;
- Adaptação do modelo de condução de trens em trechos em processo de renovação completa da malha, de modo a reduzir o impacto no consumo de combustível, conciliando desempenho e tempo de circulação;
- Gestão de paradas e restrições de velocidade em trechos críticos desfavoráveis à Eficiência Energética;
- Otimização dos procedimentos operacionais de condução de trens em trechos cujo perfil favorece a circulação das composições, permitindo a manutenção do desempenho com menor utilização de pontos de aceleração, bem como a redução do consumo de combustível por meio do isolamento e desligamento de locomotivas comandadas.

II. Agrícolas

- Manutenção da estratégia de cascateamento, priorizando a alocação de locomotivas de melhor desempenho no fluxo do Agrícolas;

- Redução do consumo de combustível por meio do isolamento e desligamento de locomotivas comandadas em trechos nos quais o perfil permite a manutenção da velocidade apenas com a tração da locomotiva de comando.
- Melhor aproveitamento da capacidade de tração das locomotivas, por meio da adequação do peso das composições e do aumento do tamanho dos trens, respeitando os limites máximos permitidos por rota e tipo de produto, visando à maximização da utilização dos ativos disponíveis.

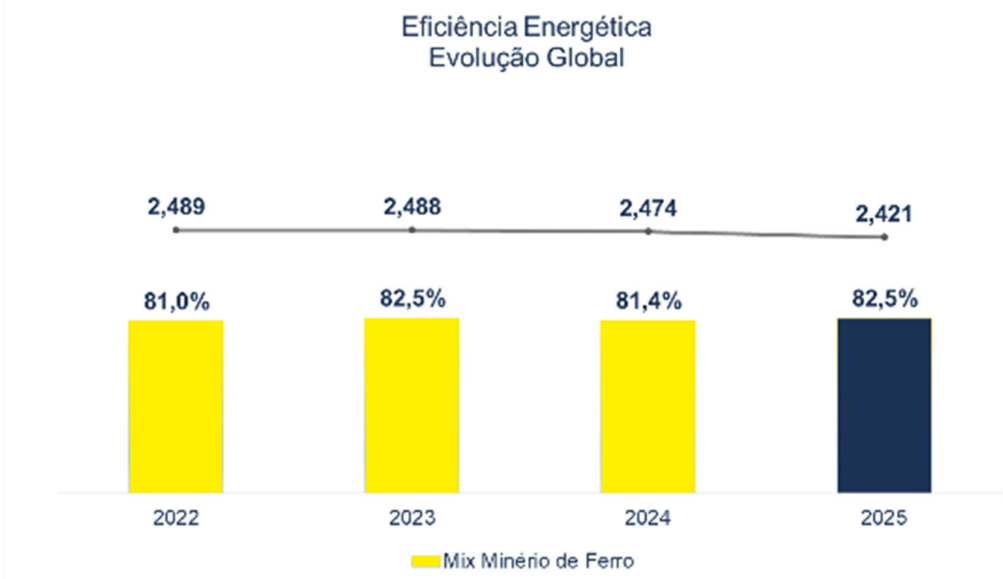
III. Carga Geral

- Implementação de iniciativas de produtividade voltadas à otimização de ativos, visando o aumento da disponibilidade de locomotivas de melhor desempenho energético;
- Reestruturação da formação de trens aliada à gestão estratégica da alocação de locomotivas, com foco na redução da quantidade de ativos necessários para tração em desenhos operacionais específicos e na priorização de locomotivas com melhor desempenho energético em atividades de maior produtividade.

Mesmo com as iniciativas adotadas na operação agrícola, a Eficiência Energética apresentou leve variação em relação a 2024, influenciada, em parte, por interferências externas que impactaram a disponibilidade e o desempenho dos ativos, motivando o aprofundamento dos diagnósticos operacionais e o direcionamento de novas ações voltadas à redução progressiva do consumo de combustível nesse fluxo.

A Companhia destaca que um fator determinante para o resultado da Eficiência Energética global é a representatividade do volume transportado de minério de ferro. Por se tratar do agrupamento de carga com melhor Eficiência Energética entre todas as classes, variações em sua participação impactam diretamente o resultado consolidado do índice.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da Eficiência Energética global ao longo dos últimos anos:



Dando continuidade ao compromisso com a redução dos impactos causados por suas operações e à busca constante por melhoria, inovação e tecnologias que contribuam para a evolução de seus resultados, a MRS mantém o propósito de renovação e modernização promovido em sua frota de locomotivas ao longo dos últimos anos, com foco na gestão eficiente dos ativos existentes e na maximização do desempenho energético. Além disso, a Companhia segue com estudos e especificações de novas tecnologias, visando uma operação cada vez mais eficiente e sustentável no médio e longo prazo.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

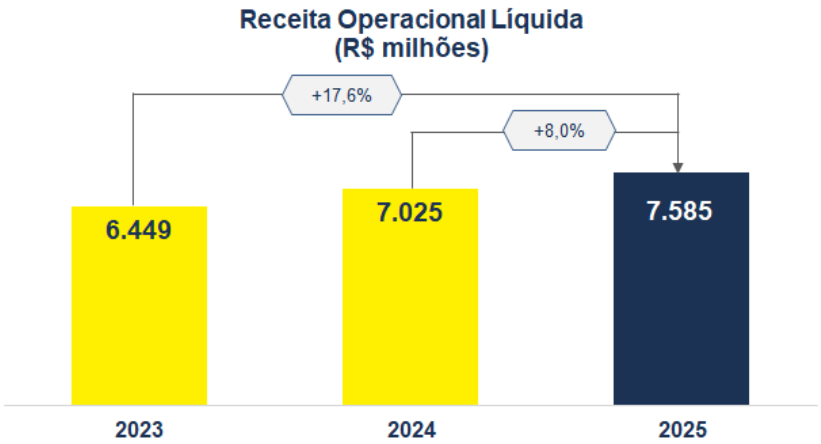
Resultados	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Receita Bruta de Serviços (R$ milhões)	2.066,3	1.726,7	19,7%	2.151,8	-4,0%	8.054,9	7.484,6	7,6%
Receita Líquida de Serviços (R$ milhões)	1.948,5	1.614,2	20,7%	2.029,0	-4,0%	7.585,1	7.024,9	8,0%
Custos e Despesas (R$ milhões)	(954,6)	(946,2)	0,9%	(899,1)	6,2%	(3.568,6)	(3.509,2)	1,7%
Outras Rec e Desp Operac (R$ milhões)	(20,1)	78,5	-125,6%	(26,6)	-24,4%	(44,7)	44,2	-201,1%
EBITDA (R$ milhões)	973,7	746,5	30,4%	1.103,4	-11,8%	3.971,7	3.559,9	11,6%
Margem EBITDA (%)	50,0%	46,2%	3,8pp	54,4%	-4,4pp	52,4%	50,7%	1,7pp
Lucro Líquido (R$ milhões)	329,5	285,8	15,3%	460,7	-28,5%	1.555,1	1.415,5	9,9%
Dívida Líquida/EBITDA[1] (x)	1,4	1,3	0,1	1,4	0,0	1,4	1,3	0,1
Tarifa Média Líquida (R$/ton)[2]	35,0	34,1	2,5%	35,3	-0,9%	35,7	34,7	2,7%

[1] EBITDA acumulado nos últimos 12 meses. O *covenant* foi detalhado no capítulo endividamento deste *release;* [2] Considera volume total faturado.

I. Receita Líquida de Serviços: incremento de R$ 560,1 milhões, no ano de 2025, reflexo da recomposição tarifária e do crescimento nos volumes de transportes, que encerram o exercício como melhores da história da Companhia.

II. Custos e Despesas: aumento de R$ 58,7 milhões (+1,7%) em 2025, em comparação ao verificado em 2024. Essa variação é decorrente, principalmente, do aumento dos custos do diesel, gastos com mão de obra, e serviços para manutenção de ativos, compensados parcialmente pela redução do consumo de materiais e oscilação temporal no reconhecimento das obrigações contratuais regulatórias.

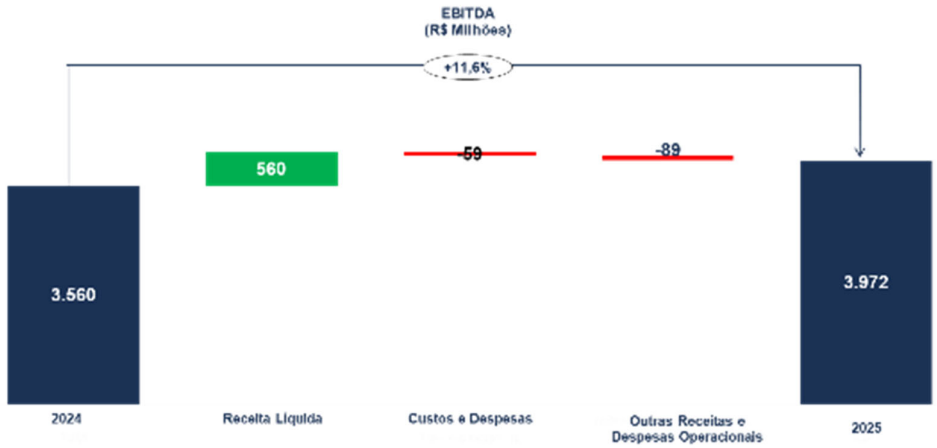
III. Outras Receitas e Despesas Operacionais: em comparação ao ano de 2024 o resultado desse grupo trouxe impacto desfavorável de R$ 89,0 milhões, oriundo, principalmente, do menor volume de receita com multas contratuais (*take or pay*) no período.

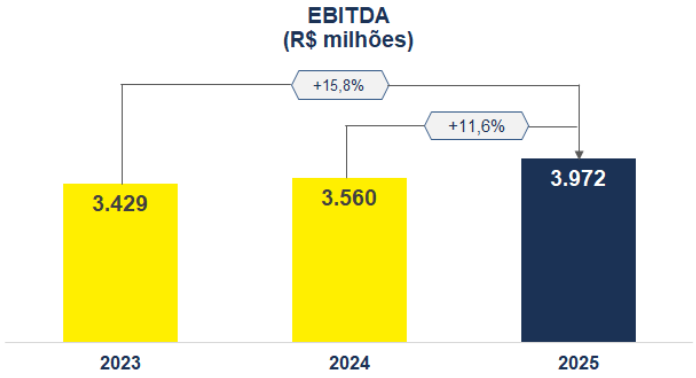


EBITDA

O EBITDA encerrou o ano de 2025 com aumento de 11,6% quando comparado a 2024, aproximadamente a R$ 4,0 bilhões, com Margem EBITDA de 52,4%, representando aumento de 1,7 p.p. em comparação ao ano anterior.

A seguir, demostramos a evolução do EBITDA de forma mais detalhada:





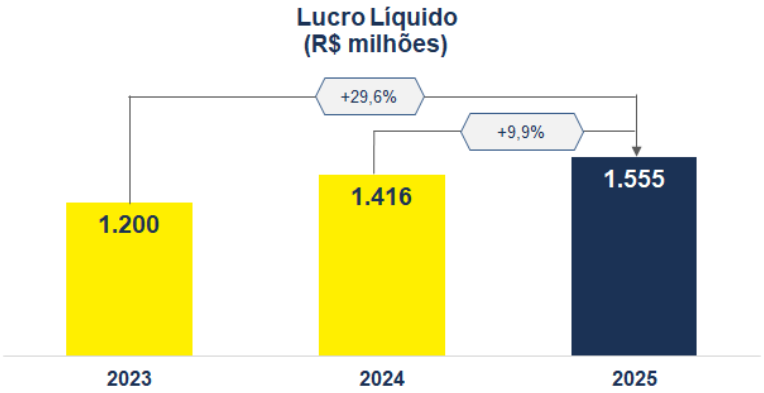
A tabela, a seguir, demonstra a conciliação do EBITDA:

Conciliação do EBITDA (R$ milhões)	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Lucro Líquido	**329,5**	**285,8**	**15,3%**	**460,7**	**-28,5%**	**1.555,1**	**1.415,5**	**9,9%**
(+) Tributos sobre o Lucro	133,3	90,7	47,0%	228,8	-41,8%	597,7	632,2	-5,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	203,8	100,6	102,5%	119,1	71,1%	664,5	497,2	33,7%
(+) Depreciação e Amortização	307,2	269,5	14,0%	294,8	4,2%	1.154,4	1.015,0	13,7%
(=) EBITDA	**973,7**	**746,5**	**30,4%**	**1.103,4**	**-11,8%**	**3.971,7**	**3.559,9**	**11,6%**
(-) Depreciação Direito de Uso (contratos arrendamento)	(26,0)	(28,1)	-7,6%	(29,8)	-12,9%	(102,9) [1]	(94,2)	9,2%
(-) Encargos Financeiros AVP (contratos arrendamento)	(27,6)	(40,5)	-31,7%	(32,2)	-14,2%	(128,7) [1]	(175,1)	-26,5%
(=) EBITDA Ajustado	**920,1**	**677,9**	**35,7%**	**1.041,4**	**-11,6%**	**3.740,1**	**3.290,6**	**13,7%**

[1] As informações detalhadas podem ser encontradas nas notas explicativas 14.2 e 32.

Lucro Líquido

A MRS encerrou o ano de 2025 com Lucro Líquido acima de R$ 1,5 bilhão, crescimento de 9,9%, equivalente a R$ 139,5 milhões, quando comparado ao ano de 2024. Esta variação reflete, principalmente, o crescimento no volume de negócios e a boa *performance* operacional.



Endividamento

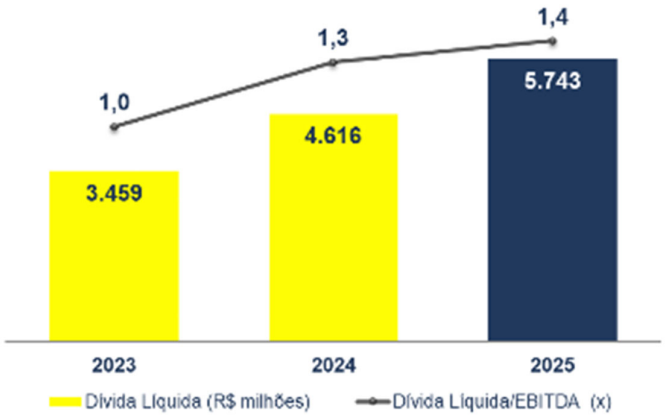
Em R$ milhões	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25
(+) Dívida Bruta[1]	**10.121,5**	**8.763,8**	**15,5%**	**9.856,6**	**2,7%**
(-) Caixa e Aplicações Financeiras[2]	4.379,0	4.147,4	5,6%	4.496,3	-2,6%
(=) Dívida Líquida	**5.742,5**	**4.616,4**	**24,4%**	**5.360,3**	**7,1%**
EBITDA[3]	**3.971,7**	**3.559,9**	**11,6%**	**3.744,6**	**6,1%**
Dívida Líquida/EBITDA (x)	**1,4**	**1,3**	**0,1**	**1,4**	**0,0**

[1]A diferença em relação à soma das linhas de Empréstimos e financiamentos (Balanço) corresponde aos custos de transação e aos instrumentos financeiros derivativos; [2]Inclui Caixa Restrito; [3]EBITDA acumulado 12 meses.

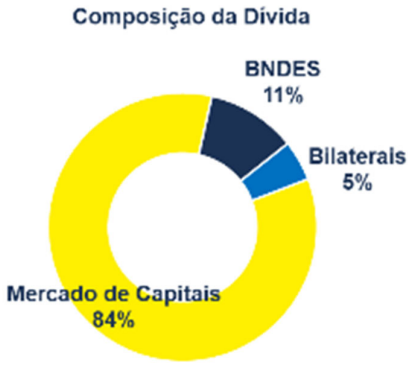
A Dívida Bruta da Companhia encerrou, o ano de 2025, com saldo de R$ 10,1 bilhões, aumento de R$ 1,4 bilhão quando comparado ao ano de 2024. Este aumento foi decorrente, principalmente, da 13ª emissão de debêntures, no montante de R$ 2,8 bilhões, distribuída em 2 séries: (i) R$ 600 milhões na 1ª Série, remuneração IPCA+7,2638%, vencimento em 07 anos; (ii) R$ 2,2 bilhões na 2ª Série, remuneração IPCA+6,8437%, vencimento em 15 anos. O resultado do exercício foi compensado pela amortização da 1ª série da 10ª emissão de debêntures, da 1ª emissão de notas promissórias e pela nota de crédito à exportação firmada com o banco Safra.

Em 2025, o saldo de dívida líquida alcançou R$ 5,7 bilhões *versus* R$ 4,6 bilhões em 2024. Esse acréscimo refere-se às movimentações acima descritas.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA foi de 1,4x em 31 de dezembro de 2025 *versus* 1,3x em 31 de dezembro de 2024:



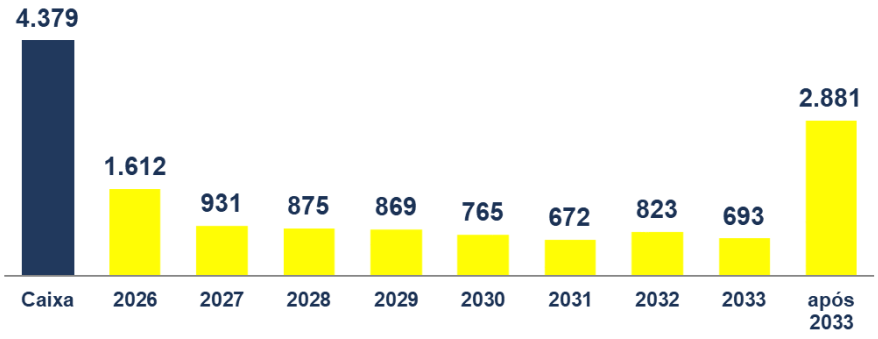
No encerramento de 2025, a maior parte da dívida estava indexada ao CDI, com a importante participação dos instrumentos classificados como Mercado de Capitais, além das demais linhas, classificadas como bilaterais e com o BNDES.



Cronograma de Amortização

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e ajustes de *swap* da dívida em 31 de dezembro de 2025. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, que apresenta os vencimentos do principal. O prazo médio do endividamento da MRS em dezembro de 2025 foi de 9,9 anos, representando um alongamento do perfil da dívida em relação a dezembro de 2024, que foi de 7,9 anos.

Caixa[1] e Cronograma da Dívida[2]
(Em milhões de R$)



[1] Inclui Caixa Restrito
[2] Inclui amortização de principal, ajustes de derivativos (ex. NDF) e juros provisionados

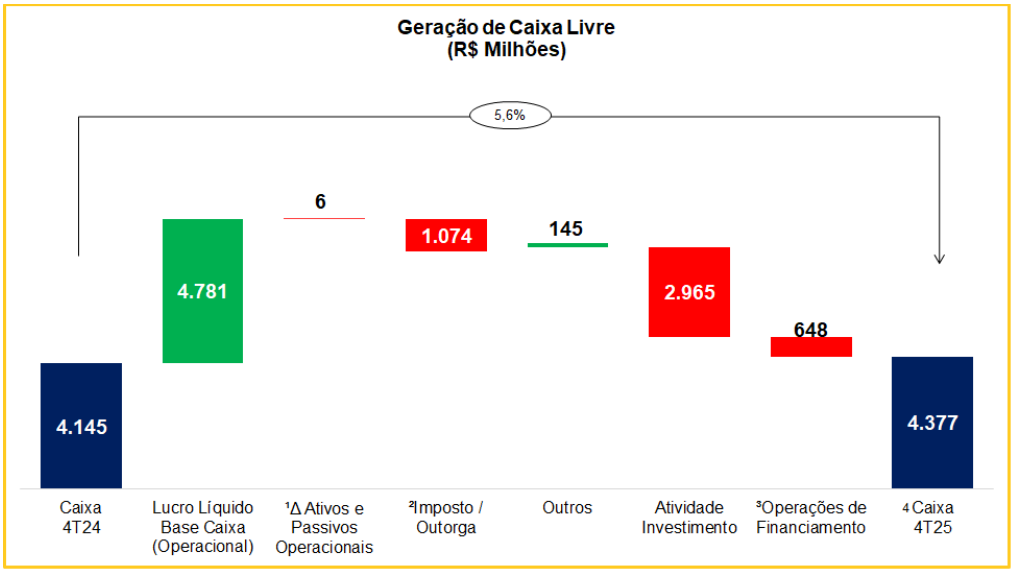
Rating

Standard & Poor's	AAA	Estável	BB	Estável
Fitch	AAA	Estável	BB+	Estável

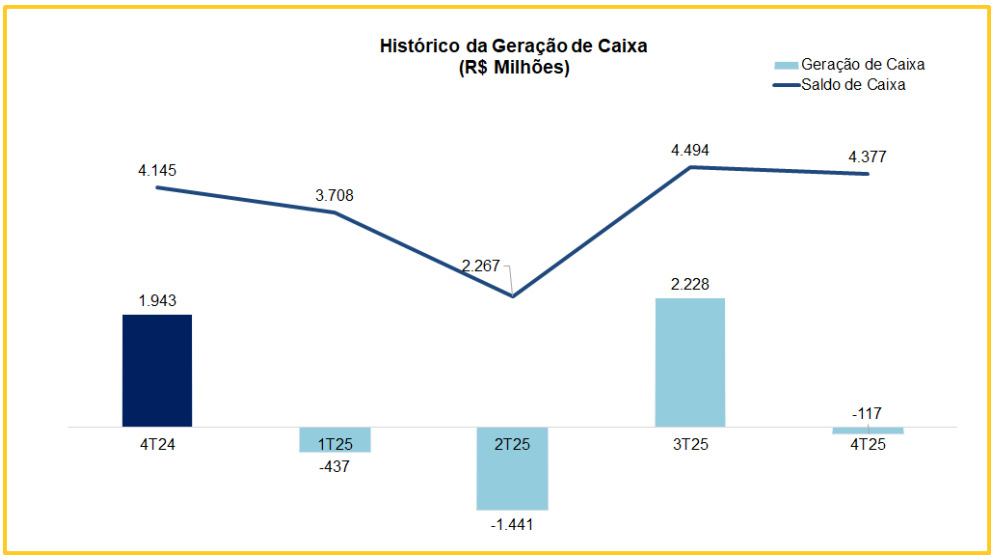
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Companhia encerrou o 4T25 com saldo de caixa de R$ 4.377 milhões, frente a R$ 4.494 milhões no 3T25 e R$ 4.145 milhões no 4T24, mantendo um nível sólido de liquidez, em linha com sua política financeira.

A geração de caixa no 4T25 foi negativa em R$ 117 milhões, frente a uma geração positiva de R$ 232 milhões no ano exercício de 2025. Essa variação é explicada, sobretudo, pela geração operacional do período, compensada pelo fluxo de atividades de investimento e de financiamento nos montantes de R$ 2.965 MM e R$ 648 MM, respectivamente, durante o ano de 2025, impulsionado pela operação de *Liability Management*, que realizou desembolsos relacionados ao pré-pagamento da 1ª série da 10ª emissão de debêntures em junho e com a 13ª emissão de debêntures, no valor de R$ 2,8 bilhões em julho, além do desembolso referente à outorga e impostos no montante de R$ 1.074 milhões.



¹ Δ nos ativos e passivos operacionais é composto pelas linhas de contas a receber, estoques, fornecedores, e obrigações sociais e trabalhistas;
² Imposto / Outorga é composto pelas linhas de tributos a recuperar, obrigações fiscais, pagamentos de tributos sobre o lucro, pagamento de juros de arrendamento e pagamento de arrendamento;
³ Operações de Financiamento é composto pelas linhas de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e pagamentos de empréstimos, financiamentos e instrumentos, dividendos
⁴ Exclui Caixa Restrito



Demonstração do Fluxo de Caixa - Em R$ milhões	4T25	4T24	3T25	2025	2024
Caixa no início do período/exercício	**4.494,4**	**2.201,1**	**2.266,8**	**4.144,6**	**3.385,8**
Lucro líquido antes do IR e CSLL	**462,7**	**376,5**	**689,5**	**2.152,8**	**2.047,7**
Depreciação e amortização	307,2	269,4	294,8	1.154,4	1.015,0
Variação monetária, cambial e encargos financeiros	389,1	258,8	300,3	1.351,1	864,0
Resultado na alienação e valor residual do imobilizado/ invest. perm. baixado	21,7	29,0	7,6	58,5	54,7
Provisão (reversão)	6,1	27,7	(51,8)	(19,8)	62,6
Outros	53,9	12,8	18,9	84,2	34,8
Lucro líquido base caixa	**1.240,7**	**974,2**	**1.259,3**	**4.781,2**	**4.078,8**
Variações nos ativos e passivos	**(99,3)**	**(207,2)**	**(186,9)**	**(1.169,9)**	**(1.296,6)**
Contas a receber	(50,1)	(119,2)	(4,8)	48,2	1,9
Estoques	1,1	16,4	(15,3)	(49,5)	(31,4)
Tributos a recuperar	10,5	(30,5)	(8,0)	3,7	(65,8)
Fornecedores	6,6	(17,4)	42,1	(33,7)	(248,4)
Obrigações fiscais	(39,9)	42,5	(17,2)	(25,7)	79,0
Obrigações sociais e trabalhistas	56,1	55,6	38,4	28,8	44,7
Pagamento de tributos sobre o lucro	(83,2)	(90,7)	(62,4)	(277,8)	(416,3)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(52,8)	(41,3)	(215,0)	(879,8)	(424,9)
Pagamento de juros de arrendamento	(27,6)	(40,5)	(32,2)	(128,7)	(175,1)
Outros	80,0	17,9	87,5	144,6	(60,3)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.141,4**	**767,0**	**1.072,4**	**3.611,3**	**2.782,2**
Adições de Imobilizado	(760,1)	(834,4)	(935,6)	(2.977,4)	(2.607,5)
Adições de Intangível	11,2	1,6	(1,9)	4,3	(12,6)
Alienação de bens do Imobilizado/Intangível	8,3	3,5	-	8,5	8,9
Aporte de capital em controladas	-	(0,1)	-	-	(0,1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(740,6)**	**(829,4)**	**(937,5)**	**(2.964,6)**	**(2.611,3)**
Captações de empréstimos e financiamentos	-	-	-	227,4	-
Captação de Debêntures	-	2.392,6	2.685,5	2.685,5	2.392,6
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	(25,3)	49,6	(421,9)	(2.359,2)	(962,5)
Pagamento de arrendamento	(170,8)	(151,4)	(170,9)	(645,9)	(557,3)
Dividendos pagos	(322,1)	(285,0)	-	(322,1)	(285,0)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	**(518,2)**	**2.005,8**	**2.092,7**	**(414,3)**	**587,8**
Caixa no final do período/exercício	**4.377,0**	**4.144,5**	**4.494,4**	**4.377,0**	**4.144,5**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes	**(117,4)**	**1.943,4**	**2.227,6**	**232,4**	**758,7**

PROJETOS E INVESTIMENTOS

No 4T25, a MRS investiu o montante de R$ 818,1 milhões e encerrou o ano de 2025, com investimento total de R$ 3.400,9 milhões, conforme detalhado a seguir:

Investimentos R$ Milhões	4T25	4T24	4T25 x 4T24	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 x 2024
Crescimento e Competitividade do Negócio	398,7	391,2	1,9%	441,6	-9,7%	1.753,2	1.338,5	31,0%
Recorrente e outros	419,4	539,9	-22,3%	424,6	-1,2%	1.647,6	1.526,0	8,0%
Total	**818,1**	**931,1**	**-12,1%**	**866,2**	**-5,6%**	**3.400,8**	**2.864,5**	**18,7%**

A Companhia reafirmou seu compromisso com o crescimento, registrando um investimento 18,7% superior ao realizado em 2024. A maior parte desses recursos foi destinada à conclusão das entregas previstas para o ano A+3 do contrato de renovação da concessão, além do início das obras da MRS Hidrovias. Paralelamente, houve continuidade nos projetos de modernização de locomotivas, vagões e equipamentos de via, com foco em ampliar a confiabilidade e a disponibilidade dos ativos. Também foram realizados investimentos na renovação de trechos da malha ferroviária destinados ao transporte de minério, bem como em iniciativas voltadas à expansão dos negócios e ao aumento da capacidade operacional.

Crescimento e Competitividade do Negócio:

i. Aquisição de locomotivas: com o objetivo de modernizar a frota, a MRS adquiriu 15 locomotivas ES-44, trazendo maior produtividade e Eficiência Energética.

ii. Aquisição de vagões: foram adquiridos 274 vagões HTT para a realização do novo volume de 1 MTU de açúcar, oriundo do interior de São Paulo com destino ao Porto de Santos.

iii. A MRS também concluiu as entregas previstas para o ano A+3 do contrato da renovação da concessão, consolidando avanços significativos em projetos obrigatórios e estratégicos para o transporte ferroviário de cargas e para promoção de segurança nos centros urbanos. Nesse ciclo, foram entregues noventa e nove empreendimentos, entre eles, três pátios de cruzamento — em Cubatão/SP, Pindamonhangaba/SP e Santos/SP — além de um pátio regulador em Guarujá/SP.

iv. Em 2025, a Companhia alcançou um marco relevante com o avanço do projeto MRS Hidrovias, que consolida uma solução logística multimodal inédita e altamente competitiva. O empreendimento conecta São Simão (GO) a Pederneiras (SP) por meio de terminais e ativos modernos, assegurando a integração ferroviária e rodoviária e elevando a eficiência no escoamento de grãos, madeira, celulose, açúcar e contêineres. Nesse mesmo ano, após a aprovação do órgão regulador (ANTT), foi iniciada a obra do Terminal de Pederneiras, reforçando o compromisso da MRS com a inovação e a expansão da capacidade logística nacional.

Recorrente e Outros:

i. Material Rodante: foi implementada a estratégia de intervenção em locomotivas, vagões e equipamentos de via desenhada com o objetivo de elevar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, promovendo maior eficiência operacional, segurança e produtividade de recursos.

ii. Infraestrutura e Malha Ferroviária: seguiu-se o plano de intervenções de superestrutura e infraestrutura da malha ferroviária, abrangendo obras de contenção, de drenagens, pontes e viadutos, além da substituição de trilhos, Aparelho de Mudança de Via (AMVs) e dormentes, visando mitigar riscos relacionados à confiabilidade do trecho. Também houve continuidade das obras decorrentes das ocorrências de chuvas de 2024 na Serra do Mar.

iii. Sustentabilidade: em 2025 a MRS direcionou investimentos para projetos voltados ao atendimento de requisitos normativos trabalhistas e ambientais, à promoção da segurança do trabalho e à proteção ambiental, à conservação das edificações e bem-estar e prosperidade de seus colaboradores.

iv. No âmbito da mobilidade urbana, foram concluídos e aprovados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) os 90 projetos do ano A+3 do contrato de renovação da concessão, incluindo melhorias em passagens de nível e de pedestres, construção de viadutos e demais intervenções que ampliam a segurança e a integração com os municípios. Dentre as principais obras, destacam-se a entrega de: 1 passagem inferior, 2 soluções extraordinárias, 7 passarelas, 26 km de vedações, 21 passagens em nível, 29 passagens em nível de pedestres e 13 cancelas automáticas.

v. A MRS também consolidou o Projeto de Grandes Intervenções de Via como um importante pilar de sustentabilidade da malha, entregando em 2025 a renovação de 50km de via. Esse avanço reforça a eficiência operacional ao substituir ativos críticos, contribuindo diretamente para a segurança, disponibilidade e confiabilidade da ferrovia. Neste ano também foi atingido o marco de 100 mil dormentes de concreto aplicados e, desde 2022, mais de 100 km de via renovados.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Em 2025, a MRS Logística avançou na execução de seu desdobramento estratégico, sustentando a transformação da Companhia após a renovação antecipada da concessão, com foco em logística integrada, excelência operacional e crescimento sustentável.

A estratégia está alinhada à criação de valor compartilhado, por meio do fortalecimento de práticas ESG e da gestão íntegra e eficiente do contrato de concessão. Nesse contexto, a MRS segue aprimorando seu modelo de gestão, com inovação e uso intensivo de tecnologia como pilares habilitadores da estratégia.

Dois marcos institucionais reforçaram essa trajetória em 2025:

- A incorporação do modal hidroviário à estratégia da Companhia, ampliando a integração logística e viabilizando soluções *end-to-end* para o transporte de cargas, com impacto direto na redução de emissões e no fortalecimento da agenda ambiental.
- A aprovação, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), do processo de solução consensual para o contrato de concessão da Malha Sudeste, celebrado através do Acórdão 2186/2025 assegurando maior estabilidade regulatória e segurança jurídica para a execução do plano estratégico e dos investimentos previstos.

Mesmo diante da volatilidade do mercado de minério de ferro, a MRS manteve elevada resiliência operacional, alcançando novos recordes históricos de volume transportado em diferentes segmentos. Esses resultados reforçam a consistência e a robustez do plano estratégico, que segue avançando de forma integrada em todos os seus pilares.

MARCOS REGULATÓRIOS

Figura 1 – Composição da MRS Logística S.A.

Sob a ótica regulatória, o ano de 2025 se destaca pela continuidade dos trabalhos consistentes em busca de eficiência e transparência no cumprimento das obrigações regulatórias assumidas com a renovação do Contrato de Concessão.

Principais entregas realizadas:

1. **Renegociação do Contrato de Concessão:** Em 2025, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) homologou a proposta de solução consensual referente às alterações e aprimoramentos a serem implementados a partir da assinatura do aditivo ao Contrato de Concessão da MRS. Pelos termos do acordo, confirmados com a assinatura do 7º Termo Aditivo, a Concessionária se compromete a realizar o pagamento dos valores decorrentes da remensuração contratual, referentes à Otimização do Plano de Investimentos, ao Levantamento da Base de Ativos e Passivos e ao Adicional de Vantajosidade, totalizando cerca de R$2,8 bilhões, conforme cronograma estabelecido para os próximos 10 anos. A destinação dos recursos será definida pelos órgãos competentes, cabendo a MRS o pagamento dos recursos em conta específica conforme previsto no instrumento contratual.

A negociação prevê modernização do Contrato, com otimização do plano de investimentos; aprimoramentos regulatórios e jurídicos, para diminuir riscos econômicos, jurídicos e operacionais, garantindo maior equilíbrio entre as partes; e prevenção de litígios futuros com o encerramento de controvérsias relativas à metodologia utilizada para indenização da Base de Ativos e Passivos.

2. **Celebração do 6º Termo Aditivo ao Contrato:** em novembro de 2025, a MRS celebrou o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, marco relevante na gestão contratual e operacional da Companhia. O aditivo teve por objeto a alteração de cláusulas vigentes e a inclusão de novas disposições relacionadas ao Indicador de Idade Máxima da Frota de Locomotivas (IMFL), bem como às condições operacionais aplicáveis até a conclusão da segregação do trecho ferroviário compartilhado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Com a formalização do aditivo, a apuração do IMFL passou a ser exigível a partir do A+4, sem aplicação de penalidades por descumprimentos pretéritos. Adicionalmente, foi definido um período de transição até julho de 2027, durante o qual as locomotivas autorizadas poderão atender a fluxos fora do trecho compartilhado com a CPTM, antes da incidência integral das restrições previstas.

3. **Plano de investimentos:** a partir do compromisso firmado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério dos Transportes, a MRS continua executando as entregas previstas no plano de investimentos, garantindo agilidade, melhor produtividade e segurança para o serviço de transporte ferroviário.

Neste período, a MRS investiu aproximadamente R$1,39 bilhão em projetos importantes para o desenvolvimento do transporte ferroviário de cargas, operações de manutenção de ativos, bem como para a melhoria de conflitos urbanos e segurança da comunidade. A avaliação de parte dos projetos ainda se encontra em curso pela ANTT. Destacam-se os seguintes investimentos.

a. **Infraestrutura e sinalização:** conclusão de quatro pátios em Pindamonhangaba, Guarujá, Santos e Cubatão (SP), além da construção de dois viadutos em Pindamonhangaba e Aparecida do Norte (SP). Uma longa extensão de sinalização foi entregue no Vale do Paraíba (SP). Ademais, foram implementadas diversas soluções para conflitos urbanos (vedações, passagens em nível, passagens em nível de pedestres, passagens inferiores, passarelas e cancelas automáticas) ao longo dos três estados de atuação.

b. **Obras especiais:** realizadas soluções extraordinárias de puxamento de linha no município de Três Rios (RJ) e alargamento de ponte em Matias Barbosa (MG).

c. **Aquisição de equipamentos:** compra de dois equipamentos, sendo uma socadora de linha e uma reguladora de lastro.

4. **Integração da Baixada Santista (Anexo 9 do Contrato de Concessão):** a MRS concluiu integralmente as Fases 1, 2 e 3 da Integração da Baixada Santista, todas aprovadas sem ressalvas pela ANTT. Destaca-se que a Fase 3, referente à Governança Operacional, teve sua entrega formalizada tempestivamente, com reconhecimento expresso da Agência Reguladora, que declarou plenamente cumprida a obrigação contratual. No exercício de 2025, a MRS avançou para a implementação das Fases 4 e 5, voltadas à integração porto–ferrovia, à sistematização operacional e à integração com os terminais, com foco no aumento da previsibilidade da circulação e no projeto civil para integração física dos CCOs das concessionárias envolvidas. Nesse contexto, ambas as fases possuem prazo contratual previsto para julho de 2026, e o desempenho atual indica aderência ao cronograma e aos requisitos contratuais.

5. **MRS Hidrovias:** constituída em dezembro de 2024, a MRS Hidrovias é uma subsidiária da MRS Logística, que irá operar o transporte de carga na hidrovia Tietê-Paraná, integrando à operação ferroviária, criando uma alternativa logística nacional, de São Simão (GO) a Pederneiras (SP). O Terminal Multimodal de Pederneiras será o coração do projeto, conectando hidrovia, ferrovia e rodovia em uma única operação fluida, segura e de baixo custo.

Em setembro de 2025, a empresa foi habilitada como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) e em novembro de 2025, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) autorizou a celebração do contrato de adesão para a construção do Terminal de Uso Privado (TUP) de Pederneiras.

6. **Fortalecimento da Segurança Ferroviária:** no campo da segurança ferroviária, a MRS realizou ações de conscientização para colaboradores, motoristas e pedestres durante as atividades do "Maio Amarelo", propondo reflexão sobre atitudes e cuidados que podem fazer a diferença na prevenção acidentes. Além disso, participou ativamente de fóruns importantes ao longo de 2025, como, por exemplo o 3º Workshop Vias Seguras, organizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em que temas como o combate ao suicídio e aprimoramento de segurança para prevenção de acidentes foram tratados.

O desempenho da Companhia rendeu importantes reconhecimentos no setor. No Prêmio Brasil nos Trilhos, realizado em outubro de 2025, foi finalista na categoria Segurança Ferroviária: Prevenção, Tecnologia e Cultura Operacional, com o artigo intitulado "Sistema de Informação da Condução Remota: Tecnologia e Dados para a Segurança em Manobras". Já no Prêmio ANTT Destaques 2025, conquistou vitórias nas categorias Interação com a Sociedade (Pequenos Guardiões da Segurança) e Vias Seguras (Trilhos da Vida). Essas iniciativas foram importantes para o aprimoramento da proteção da vida humana, prevenção de danos ambientais e desenvolvimento de técnicas de segurança.

7. **Fiscalizações ANTT:** a MRS realizou ao longo de 2025, em conjunto com a ANTT, 28 fiscalizações, volume histórico. As inspeções foram distribuídas nos temas de superestrutura e infraestrutura, que visam verificar a situação da malha ferroviária concedida, ateste das obrigações relacionadas aos investimentos obrigatórios para o ano 3 do contrato, bem como as fiscalizações econômicas/financeiras. No geral, foram percorridos cerca de 1.200 km de malha ferroviária e inspecionados 97 obras executadas pela concessionária, com a participação direta das áreas técnicas da Companhia.

Figura 2 - Fiscalização de trecho pela ANTT.

Figura 3 - Fiscalização de trecho pela ANTT.

8. **Recurso para Desenvolvimento Tecnológico e Recurso para Preservação da Memória Ferroviária (RDT e RPMF):** o novo Contrato de Concessão da MRS prevê a destinação anual de recursos para projetos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT) e de Preservação da Memória Ferroviária (RPMF).

Em cumprimento a essa obrigação, no decorrer do ano de 2025 foram aprovados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres a Digitalização e Interoperabilidade de Projetos e Ativos Ferroviários (BIM), a Pós-graduação em Gestão de Via Permanente, o Curso de Especialização em Transporte Ferroviário de Carga e o Sistema de Fiscalização Mobile para o Transporte Ferroviário (Projeto ANTT), voltados à inovação, capacitação e modernização do setor. Já os projetos de RPMF incluíram a elaboração de cartilhas de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Paranapiacaba e o minidocumentário “Permanências: Memória Ferroviária em Barra do Piraí”, com foco na preservação histórica e cultural do patrimônio ferroviário.

As iniciativas reforçam a inovação, a capacitação técnica, a modernização institucional e a preservação da memória ferroviária. Para 2026, a ANTT aprovou um novo portfólio com 10 projetos de RDT e 4 de RPMF, ampliando a contribuição da MRS para o desenvolvimento sustentável do setor ferroviário brasileiro.

Conquistas:

Em outubro de 2025, a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) realizou nova edição do Prêmio Brasil nos Trilhos, com o objetivo de reconhecer estudos e propostas técnicas que contribuam de forma relevante para o avanço do setor ferroviário no Brasil. Foram recebidos 112 artigos técnicos, submetidos à avaliação das Comissões Julgadoras de cada categoria, compostas por especialistas de órgãos públicos, entidades privadas, meio acadêmico e consultores independentes.

Os colaboradores da MRS foram finalistas nas quatro categorias do prêmio e vencedores em duas delas:

Modernização Regulatória no Transporte Ferroviário – Modernização Regulatória como Vetor da Multimodalidade no Transporte Ferroviário Brasileiro.

Ferrovias Sustentáveis – Sistema Inteligente de Controle de Marcha Lenta para Locomotivas: GE-C36ME com foco em Eficiência Energética e ESG.

Figura 4 - Colaboradoras posando com o prêmio recebido na categoria Modernização Regulatória no Transporte Ferroviário do Prêmio Brasil nos Trilhos, em outubro de 2025, Brasília/DF.

Figura 5 - Colaboradores posando com o prêmio recebido na categoria Ferrovias Sustentáveis do Prêmio Brasil nos Trilhos, em outubro de 2025, Brasília/DF.

Em dezembro de 2025, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizou a terceira edição do Prêmio ANTT Destaques, a maior celebração do transporte terrestre do país, com o objetivo de fortalecer iniciativas inovadoras no segmento. Com 235 inscrições, a iniciativa registrou recorde histórico e contou com seis classes principais e 35 categorias, contemplando concessionárias de rodovias, ferrovias e empresas de transporte rodoviários de passageiros e cargas.

A MRS, pelo terceiro ano consecutivo, alcançou reconhecimento na classe especial "Destaques Regulatórios 2025 – Ferrovias" do Prêmio, reafirmando a posição da Companhia como referência e logística e seu compromisso com inovação e excelência operacional. Além disso, a MRS obteve um desempenho extraordinário, sendo finalista em 7 das 11 categorias e conquistando a vitória em seis delas, o dobro de vitórias em relação à edição de 2024:

Atenção ao Usuário - APP MRS

Eficiência Energética - Módulos Fotovoltaicos em Locomotivas

Gestão Interna e Desenvolvimento de Pessoas - Formação de Maquinistas

Interação com a Sociedade - Pequenos Guardiões da Segurança

Inovação e Tecnologia - IA na Inspeção de Via

Vias Seguras - Trilhos da Vida

Confira o prêmio na íntegra no site oficial da ANTT. **Prêmio ANTT Destaques 2025 na íntegra:** https://www.gov.br/antt/pt-br/premio-destaques-antt

Figura 6 - Colaboradores posando com os prêmios recebidos no evento "Prêmio ANTT Destaques 2025" que aconteceu no dia 09 de dezembro de 2025, em Brasília/DF.

AGENDA ESG

Compromissos de Longo Prazo

Divulgamos o Plano de Compromisso ESG da MRS no início do ano e, para dar visibilidade e transparência, às partes interessadas, compartilhamos os avanços obtidos nas metas públicas definidas para a agenda da sustentabilidade.

- Reduzimos 2,5% da intensidade de emissões em relação ao ano anterior
- Alcançamos a marca de 29,2% de mulheres em cargos de liderança
- Mantivemos a taxa de acidente abaixo de 1,00 (registro do ano: 0,99)
- Permanecemos com zero vidas perdidas por acidente de trabalho

Mais detalhes sobre o Plano de Compromissos serão apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2025, a ser publicado em breve.

Mudanças Climáticas

Mantivemos a nota B na dimensão "Mudanças Climáticas" do *Carbon Disclosure Project* (CDP) - um dos principais sistemas globais de divulgação de dados ESG, sobretudo ambientais, o que reflete o comprometimento com a mitigação climática e com a transparência. Além disso, melhoramos a nota na dimensão "Segurança Hídrica", evoluindo de C para B-, o que evidencia resultados positivos da gestão eficiente deste recurso. As notas foram publicamente divulgadas pelo CDP em janeiro de 2026: https://www.cdp.net/pt/data/scores

Matriz de Materialidade

Revisamos nossa materialidade, seguindo metodologia de mercado, com apoio de consultoria especializada. Além da convergência entre alguns temas, dois novos foram incluídos e foram definidos, ainda, temas transversais à atuação ESG da MRS. O resultado será divulgado no Relatório de Sustentabilidade 2025.

Preservação da Memória Ferroviária

Mantendo a prática de preservar a memória ferroviária nos municípios de atuação, viabilizamos a restauração da Estação Ferroviária de Moeda, um investimento de R$ 2,8 milhões, via Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). A iniciativa representa a união entre preservação histórica, responsabilidade social e desenvolvimento regional.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Promovemos a 1ª edição do Programa de Mentoria para Mulheres da MRS e mantivemos ativo o Programa de Estágio Afirmativo para Pessoas com Deficiência, buscando dar sequência ao recrutamento e ao desenvolvimento de colaboradores com foco em diversidade e inclusão.

A Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia, atualizada em 04/09/2024, reafirma o compromisso da MRS de promover um ambiente de trabalho diverso, equitativo e inclusivo, garantindo que esses princípios orientem a atuação de colaboradores e também as relações com fornecedores, prestadores de serviços, clientes e demais parceiros. Além disso, reforça o papel social da Companhia na redução das desigualdades e na construção de uma sociedade mais justa, alinhada aos direitos humanos e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A estratégia de diversidade da Companhia baseia-se em quatro pilares essenciais: representatividade, experiência, cultura inclusiva e cadeia de valor. Esses pilares orientam iniciativas que promovem o aumento da participação de grupos historicamente minorizados, fortalecem um ambiente organizacional inclusivo e ampliam práticas equitativas ao longo de toda a relação com fornecedores, parceiros e comunidades. Os compromissos assumidos são monitorados por meio de indicadores específicos, avaliados regularmente em fóruns de decisão e divulgados anualmente no Relatório de Sustentabilidade, reforçando diversidade, equidade e inclusão como motores de inovação, competitividade e impacto positivo duradouro na sociedade.

Em 2025, a representatividade feminina na MRS atingiu 17,0%, um avanço de +0,96 p.p. no período, totalizando aproximadamente 1.163 mulheres em seu quadro de colaboradores. A MRS vem fortalecendo um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, equitativo e inclusivo, impulsionada por ações estruturadas que refletem seu compromisso com critérios ESG e com a promoção de uma sociedade mais justa, ademais a evolução desses resultados é acompanhada por indicadores que monitoram a representatividade em diferentes níveis hierárquicos.

Abaixo, estão as principais métricas, nos termos do Artigo 133, §6º da Lei 6.404/76:

Quadro 1: Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa:

As informações referentes à quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico serão apresentadas tendo como base o total de colaboradores de cada nível, considerado como 100%.

Categoria	2024		2025	
	%	Quantidade	%	Quantidade
Gestores	3%	13	3%	12
Especialistas e similares	4%	29	4%	29
Analistas e similares	8%	44	7%	38
Técnicos	0%	2	0%	2
Assistentes	9%	39	8%	29
Operacionais	3%	114	2%	89
Geral MRS	3%	241	3%	199

Tipo de mão de obra considerada:
- Permanente
- Temporário (Projeto, trainee, afastado)

Tipo de mão de obra não considerada:
- Temporário (Aprendiz)
- Estagiário
- Diretores estatutários

Referência: Fechamento dez 2025 e 2024

Quadro 2: participação feminina na administração da Companhia e evolução comparativa:

No que se refere aos cargos da administração, o total de posições estatutárias e de governança será considerado como base de 100%.

Categoria	2024		2025	
	%	Quantidade	%	Quantidade
Conselho De Administração	0%	0	10%	1
Diretoria Estatutária	0%	0%	0	0%

Quadro 3: Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa

O quadro apresentado, abaixo, tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

Categoria	2024	2025
Gestores	-2%	2%
Especialistas e similares	-5%	-7%
Analistas e similares	-5%	-2%
Técnicos	2%	-3%
Assistentes	2%	4%
Operacionais	-10%	-12%
Geral MRS	41%	40%

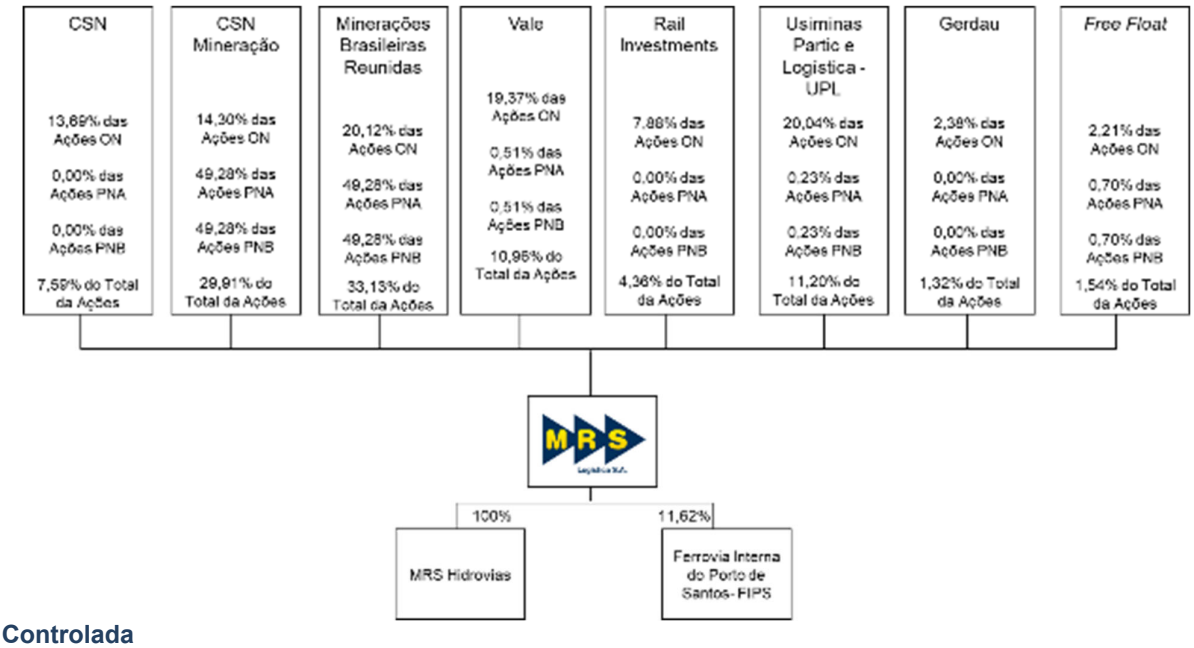
Observações:

- Empregados contratados sob o regime Celetista, incluindo afastados. Não considera aprendizes e estagiários.
- Salário fixo: considera o salário nominal, sem quaisquer adicionais, vigente em dezembro do ano em questão.
- Salário Fixo + Variável: considera o salário nominal, sem quaisquer adicionais, vigente em dezembro do ano em questão, multiplicado por 13,33 (incluindo 13° e gratificação de férias), somado da parcela variável do Programa de Participação nos Lucros do ano em questão (pago em fevereiro do ano seguinte).
- Valores Positivos (+): salário mulheres maior que homens | Valores Negativos (-): salário mulheres menor que homens

INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

Organograma Societário

A organização societária da MRS com data base 31/12/2025 é a seguinte:



Controlada

Em dezembro de 2024, a MRS Logística constituiu a MRS Hidrovias S.A., subsidiária integral voltada ao transporte hidroviário de cargas, via rios Tietê-Paraná. A iniciativa reforça a estratégia de diversificação da Companhia, ampliando sua atuação logística com foco em eficiência e sustentabilidade. A operação hidroviária será no Complexo Multimodal de Pederneiras, no interior de São Paulo, local no qual a MRS atua, desde 2004.

O projeto encontra-se em fase pré-operacional, com contratos sendo firmados para viabilização da infraestrutura e dos ativos necessários para o início das atividades no novo modal.

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê que a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

R$ milhões	Exercício				
	2021	2022	2023	2024	2025
Lucro Líquido	700	874	1.200	1.416	1.555
Reserva legal (5%)	35	44	60	71	78
Retenção para investimentos	498	623	855	1.009	1.108
Dividendos distribuídos	**166**	**208**	**285**	**336**	**369**
Payout	**25%**	**25%**	**25%**	**25%**	**25%**

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao artigo 23 da Resolução CVM 23/2021, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., além da auditoria das demonstrações financeiras e revisões das informações trimestrais de 2025.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Equipe de RI

E-mail: financeiro.ri@mrs.com.br

Banco Escriturado

Banco Bradesco S.A.

Telefone de contato: 0800 701 1616

E-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br e dac.escrituracao@bradesco.com.br

B3 – Mercado de Balcão

Website de Relações com Investidores

ri.mrs.com.br

Relatório do auditor sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 – 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
MRS Logística S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MRS Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | MRS | GTB53107

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Contrato de arrendamento com o poder concedente (Nota Explicativa nº 1.1)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia tem como objetivo explorar, por concessão onerosa ("Contrato de Concessão" e/ou "Contrato de Arrendamento") o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. Sob a ótica contábil, o referido Contrato de Concessão encontra-se abrangido pelo escopo da norma NBC TG 06 – Arrendamentos (equivalente à norma IFRS 16 – Leases). Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em função da relevância dos saldos registrados à título de direito de uso e obrigação de arrendamento, bem como em virtude da complexidade inerente ao processo de mensuração e reconhecimento contábil do Contrato de Arrendamento, que envolve um determinado grau de julgamento por parte da administração, além de apresentar complexidade decorrente, principalmente, da necessidade de definição de premissas relevantes, incluindo, entre outras, a determinação da taxa de desconto e as respectivas estimativas utilizadas para mensuração do direito de uso e da obrigação de arrendamento ao longo do prazo contratual. Essas premissas são sensíveis à alterações nas condições econômicas e regulatórias, podendo impactar de forma relevante os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Discussões com as pessoas-chave da administração, revisão e entendimento das cláusulas contratuais do Contrato de Arrendamento, bem como quanto ao processo de monitoramento e atendimento das obrigações previstas no mesmo;

- Com o auxílio de nossos especialistas internos em tecnologia da informação, aplicamos procedimentos com o objetivo de avaliar o desenho e implementação dos controles gerais de tecnologia da informação (ITGC) relevantes ao ambiente que suporta as atividades fiscais e contábeis atreladas ao Contrato de Arrendamento, incluindo o gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças, controles de interface, avaliação de riscos de acesso crítico e segregação de funções;

- Envolvimento de nossos especialistas internos em finanças corporativas com o objetivo de avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação da taxa de desconto aplicável ao Contrato de Arrendamento;

- Avaliação das políticas contábeis adotadas pela administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação das transações decorrentes do Contrato de Arrendamento, verificando a aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil– e às normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB);

- Execução de testes de lançamentos manuais e procedimentos substantivos, incluindo a análise das movimentações do ativo de direito de uso e da obrigação de arrendamento, abrangendo o recálculo da depreciação do direito de uso e das atualizações monetárias apropriadas;

- Análise das liquidações financeiras correspondentes, contemplando os valores pagos à União ao longo do exercício de 2025; e

- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para identificação, mensuração, registro e divulgação do ativo de direito de uso e obrigação de arrendamento referentes ao contrato de arrendamento celebrado junto ao poder concedente, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 11 de março de 2025, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (*IASB*), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | MRS | GTB53107

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | MRS | GTB53107

Balanço patrimonial individuais e consolidadas
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.129.196	4.144.513	4.377.047	4.144.613
Caixa restrito	5	1.921	2.880	1.921	2.880
Contas a receber de clientes	6	429.659	455.502	429.659	455.502
Outras contas a receber	8	18.007	22.978	18.007	22.978
Estoques	9	358.973	311.260	358.973	311.260
Tributos a recuperar	10	263.224	325.341	266.787	325.341
Despesas antecipadas	11	69.626	61.074	69.626	61.074
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	6.444	-	6.444
Outros ativos circulantes	12	37.512	42.649	37.576	42.649
Total do ativo circulante		**5.308.118**	**5.372.641**	**5.559.596**	**5.372.741**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	40.434	-	40.434
Outras contas a receber	8	247.275	68.300	73.401	68.300
Tributos a recuperar	10	120.243	141.319	121.164	141.319
Despesas antecipadas	11	24.115	14.763	24.115	14.763
Instrumentos financeiros derivativos	22	415.923	49.488	415.923	49.488
Outros ativos não circulantes	12	121.737	134.537	121.737	134.537
Investimentos	13	217.711	100	-	-
Imobilizado	14.1	13.919.329	11.929.818	14.076.334	11.929.818
Ativos de direito de uso	14.2	4.018.356	2.536.925	4.018.356	2.536.925
Intangível	15	322.109	324.757	322.109	324.757
Total do ativo não circulante		**19.406.798**	**15.240.441**	**19.173.139**	**15.240.341**
TOTAL DO ATIVO		**24.714.916**	**20.613.082**	**24.732.735**	**20.613.082**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanço patrimonial individuais e consolidadas
(Em milhares de reais)

(continuação)

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Notas**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
CIRCULANTE					
Fornecedores	**16**	617.611	838.659	632.677	838.659
Obrigações sociais e trabalhistas	**17**	327.145	298.355	327.145	298.355
Imposto de renda e contribuição social	**18**	19.992	148.787	22.046	148.787
Outras obrigações fiscais	**19**	69.633	76.323	70.332	76.323
Empréstimos e financiamentos	**20**	1.019.211	556.333	1.019.211	556.333
Arrendamento	**21**	364.589	622.888	364.589	622.888
Instrumentos financeiros derivativos	**22**	554.028	341.818	554.028	341.818
Dividendos a pagar	**24**	383.624	336.385	383.624	336.385
Adiantamentos de clientes		77.813	5.438	77.813	5.438
Provisões	**25**	74.045	112.202	74.045	112.202
Outras obrigações	**26**	88.977	52.970	88.977	52.970
Total do passivo circulante		**3.596.668**	**3.390.158**	**3.614.487**	**3.390.158**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	**20**	8.643.109	7.612.425	8.643.109	7.612.425
Arrendamento	**21**	2.148.836	949.273	2.148.836	949.273
Instrumentos financeiros derivativos	**22**	-	81.013	-	81.013
Tributos diferidos	**23**	641.132	286.735	641.132	286.735
Provisões	**25**	692.127	635.560	692.127	635.560
Outras obrigações	**26**	341.653	191.981	341.653	191.981
Total do passivo não circulante		**12.466.857**	**9.756.987**	**12.466.857**	**9.756.987**
TOTAL DO PASSIVO		**16.063.525**	**13.147.145**	**16.081.344**	**13.147.145**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	**27.a**	4.760.879	4.036.872	4.760.879	4.036.872
Reservas de lucros		3.878.950	3.417.221	3.878.950	3.417.221
Reserva legal	**27.c**	629.271	551.518	629.271	551.518
Reserva para investimentos	**27.d**	3.249.679	2.865.703	3.249.679	2.865.703
Outros resultados abrangentes	**27.e**	11.562	11.844	11.562	11.844
Total do patrimônio líquido		**8.651.391**	**7.465.937**	**8.651.391**	**7.465.937**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**24.714.916**	**20.613.082**	**24.732.735**	**20.613.082**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	29	7.585.058	7.024.973	7.585.058	7.024.973
Custo dos serviços prestados	30	(4.033.065)	(3.909.918)	(4.033.065)	(3.909.918)
LUCRO BRUTO		**3.551.993**	**3.115.055**	**3.551.993**	**3.115.055**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	30	(655.746)	(595.700)	(655.746)	(595.700)
Despesas com vendas	30	(33.583)	(18.679)	(34.211)	(18.679)
Outras receitas operacionais	31	277.877	348.339	277.877	348.339
Outras despesas operacionais	31	(322.607)	(304.091)	(322.607)	(304.091)
LUCRO OPERACIONAL		**2.817.934**	**2.544.924**	**2.817.306**	**2.544.924**
Resultado de equivalência patrimonial	13	5.578	-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	32	625.040	1.124.158	634.653	1.124.158
Despesas financeiras	32	(1.298.621)	(1.621.341)	(1.299.191)	(1.621.341)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		**(673.581)**	**(497.183)**	**(664.538)**	**(497.183)**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**2.149.931**	**2.047.741**	**2.152.768**	**2.047.741**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	33	(239.450)	(410.182)	(242.287)	(410.182)
Diferido	33	(355.418)	(222.049)	(355.418)	(222.049)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.555.063**	**1.415.510**	**1.555.063**	**1.415.510**
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R$		4,601	4,188	4,601	4,188
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R$					
ORDINÁRIA	28	4,405	4,009	4,405	4,009
PREFERENCIAL	28	4,845	4,410	4,845	4,410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

		Controladora / Consolidado	
	Notas	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**28**	1.555.063	1.415.510
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Outros resultados abrangentes	**27.e**	(282)	809
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**1.554.781**	**1.416.319**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva para investimentos	Total		
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2025		**4.036.872**	**11.844**	**551.518**	**2.865.703**	**3.417.221**	**-**	**7.465.937**
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício	**28**	-	-	-	-	-	1.555.063	1.555.063
Outros resultados abrangentes	**27.e**	-	(282)	-	-	-	-	(282)
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**(282)**	**-**	**-**	**-**	**1.555.063**	**1.554.781**
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos mínimos obrigatórios	**24**	-	-	-	-	-	(369.327)	(369.327)
Aumento do capital social	**27.a**	724.007	-	-	(724.007)	(724.007)	-	-
Reserva legal	**27.c**	-	-	77.753	-	77.753	(77.753)	-
Reserva para investimentos	**27.d**	-	-	-	1.107.983	1.107.983	(1.107.983)	-
Total das transações de capital com os sócios no exercício		**724.007**	**-**	**77.753**	**383.976**	**461.729**	**(1.555.063)**	**(369.327)**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**4.760.879**	**11.562**	**629.271**	**3.249.679**	**3.878.950**	**-**	**8.651.391**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva para investimentos	Total		
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2024		**3.961.031**	**11.035**	**480.742**	**1.932.994**	**2.413.736**	**-**	**6.385.802**
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício	**28**	-	-	-	-	-	1.415.510	1.415.510
Outros resultados abrangentes	**27.e**	-	809	-	-	-	-	809
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**809**	**-**	**-**	**-**	**1.415.510**	**1.416.319**
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos mínimos obrigatórios	**24**	-	-	-	-	-	(336.184)	(336.184)
Aumento do capital social		75.841	-	-	(75.841)	(75.841)	-	-
Reserva legal	**27.c**	-	-	70.776	-	70.776	(70.776)	-
Reserva para investimentos	**27.d**	-	-	-	1.008.550	1.008.550	(1.008.550)	-
Total das transações de capital com os sócios no exercício		**75.841**	**-**	**70.776**	**932.709**	**1.003.485**	**(1.415.510)**	**(336.184)**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**4.036.872**	**11.844**	**551.518**	**2.865.703**	**3.417.221**	**-**	**7.465.937**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
(Em milhares de reais)

		Controladora	
	Notas	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do IR e CSLL	33	2.149.931	2.047.741
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	30	1.154.422	1.015.019
Resultado de equivalência patrimonial		(5.578)	-
Variação monetária/cambial e encargos financeiros		1.351.123	864.031
Resultado na alienação e valor residual do imobilizado/ invest. perm. baixado		58.487	54.660
Provisão (reversão)		(19.798)	62.542
Amortização despesa antecipada	11	65.026	54.531
Provisão (reversão) p/ baixa de ativos	14.1	12.394	(21.918)
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperadas e perdas de estoques		6.728	1.391
Outros		-	809
		4.772.735	**4.078.806**
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber	6 e 8	47.368	1.866
Estoques	9	(49.539)	(31.406)
Tributos a recuperar	10	8.301	(65.817)
Despesas antecipadas	11	(82.930)	(88.387)
Adiantamentos		12.506	51.299
Outros ativos		13.257	(9.006)
(Aumento) redução nos passivos operacionais			
Fornecedores		(48.814)	(248.398)
Obrigações fiscais	18 e 19	(25.654)	78.952
Obrigações sociais e trabalhistas	17	28.790	44.674
Adiantamentos de clientes		72.375	2.247
Outras obrigações		129.485	(16.274)
Caixa gerado pelas operações		**4.877.880**	**3.798.556**
Pagamento de tributos sobre o lucro		(277.792)	(416.308)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	34.2	(457.705)	(139.793)
Pagamento de juros de arrendamento	34.2	(128.736)	(175.082)
Pagamento de juros de debêntures	34.2	(422.131)	(285.139)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**3.591.516**	**2.782.234**

(continua)

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

(Em milhares de reais) (continuação)

		Controladora	
	Nota	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de imobilizado e intangível	34.1	(2.820.121)	(2.620.111)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/intangível	31	8.496	8.891
Aporte de capital em controlada	13	(207.900)	(100)
Créditos com partes relacionadas - Nota comercial		(173.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.192.525)**	**(2.611.320)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	34.2	227.363	-
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	34.2	(1.535.561)	(217.130)
Adição de debêntures	34.2	2.685.482	2.392.611
Pagamento de debêntures	34.2	(823.650)	(745.412)
Pagamento de arrendamento	21	(645.854)	(557.279)
Dividendos pagos		(322.088)	(284.989)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		**(414.308)**	**587.801**
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(15.317)**	**758.715**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	5	4.144.513	3.385.798
Saldo final	5	4.129.196	4.144.513

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
(Em milhares de reais)

		Consolidado	
	Nota	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do IR e CSLL	33	2.152.768	2.047.741
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	30	1.154.422	1.015.019
Resultado de equivalência patrimonial		-	-
Variação monetária/cambial e encargos financeiros		1.351.123	864.031
Resultado na alienação e valor residual do imobilizado/ invest. perm. baixado		58.487	54.660
Provisão (reversão)		(19.798)	62.542
Amortização despesa antecipada	11	65.026	54.531
Provisão (reversão) p/ baixa de ativos	14.1	12.394	(21.918)
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperadas e perdas de estoques		6.728	1.391
Outros		-	809
		4.781.150	**4.078.806**
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber	6 e 8	48.242	1.866
Estoques	9	(49.539)	(31.406)
Tributos a recuperar	10	3.817	(65.817)
Despesas antecipadas	11	(82.930)	(88.387)
Adiantamentos		12.506	51.299
Outros ativos		13.193	(9.006)
(Aumento) redução nos passivos operacionais			
Fornecedores		(33.748)	(248.398)
Obrigações fiscais	18 e 19	(25.738)	78.952
Obrigações sociais e trabalhistas	17	28.790	44.674
Adiantamentos de clientes		72.375	2.247
Outras obrigações		129.485	(16.274)
Caixa gerado pelas operações		**4.897.603**	**3.798.556**
Pagamento de tributos sobre o lucro		(277.792)	(416.308)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	34.2	(457.705)	(139.793)
Pagamento de juros de arrendamento	34.2	(128.736)	(175.082)
Pagamento de juros de debêntures	34.2	(422.131)	(285.139)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**3.611.239**	**2.782.234**

(continua)

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

(Em milhares de reais) (continuação)

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de imobilizado e intangível	34.1	(2.972.993)	(2.620.111)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/intangível	31	8.496	8.891
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(2.964.497)**	**(2.611.220)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	34.2	227.363	-
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	34.2	(1.535.561)	(217.130)
Adição de debêntures	34.2	2.685.482	2.392.611
Pagamento de debêntures	34.2	(823.650)	(745.412)
Pagamento de arrendamento	21	(645.854)	(557.279)
Dividendos pagos		(322.088)	(284.989)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		**(414.308)**	**587.801**
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**232.434**	**758.815**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	5	4.144.613	3.385.798
Saldo final	5	4.377.047	4.144.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do valor adicionado individuais e consolidados
(Em milhares de reais)

		Controladora	
	Notas	2025	2024
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	**29**	8.054.851	7.484.648
Receitas de construção de ativos próprios		976.630	592.288
Outras receitas	**31**	277.877	348.339
(Provisão)/reversão de perdas de créditos esperadas		(3.527)	918
		9.305.831	**8.426.193**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(3.364.704)	(3.018.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(344.518)	(328.337)
Outros		(145.873)	(145.865)
		(3.855.095)	**(3.493.099)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**5.450.736**	**4.933.094**
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	**30**	**(1.154.422)**	**(1.015.019)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		**4.296.314**	**3.918.075**
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial		5.578	-
Receitas financeiras	**32**	625.040	1.124.158
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		**4.926.932**	**5.042.233**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		**978.028**	**984.315**
Remuneração direta		569.628	608.013
Benefícios		341.474	332.815
F.G.T.S.		66.926	43.487
Impostos, taxas e contribuições		**997.573**	**974.874**
Federais		967.233	944.342
Estaduais		28.897	29.239
Municipais		1.443	1.293
Remuneração de capitais de terceiros		**1.396.268**	**1.667.534**
Juros		1.378.918	1.646.704
Aluguéis		17.350	20.830
Remuneração de capitais próprios		**1.555.063**	**1.415.510**
Dividendos	**24**	369.327	336.184
Lucros retidos do exercício		1.185.736	1.079.326
		4.926.932	**5.042.233**

Demonstração do valor adicionado individuais e consolidados
(Em milhares de reais)

		Consolidado	
	Notas	2025	2024
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	29	8.054.851	7.484.648
Receitas de construção de ativos próprios		976.630	592.288
Outras receitas	31	277.877	348.339
(Provisão)/reversão de perdas de créditos esperadas		(3.527)	918
		9.305.831	**8.426.193**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(3.364.704)	(3.018.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(345.146)	(328.337)
Outros		(145.873)	(145.865)
		(3.855.723)	**(3.493.099)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**5.450.108**	**4.933.094**
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	30	**(1.154.422)**	**(1.015.019)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		**4.295.686**	**3.918.075**
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	32	635.780	1.124.158
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		**4.931.466**	**5.042.233**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		**978.028**	**984.315**
Remuneração direta		569.628	608.013
Benefícios		341.474	332.815
F.G.T.S.		66.926	43.487
Impostos, taxas e contribuições		**1.000.469**	**974.874**
Federais		970.129	944.342
Estaduais		28.897	29.239
Municipais		1.443	1.293
Remuneração de capitais de terceiros		**1.397.906**	**1.667.534**
Juros		1.380.556	1.646.704
Aluguéis		17.350	20.830
Remuneração de capitais próprios		**1.555.063**	**1.415.510**
Dividendos	24	369.327	336.184
Lucros retidos do exercício		1.185.736	1.079.326
		4.931.466	**5.042.233**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações da Companhia

1.1 Contexto operacional

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

O contrato de concessão original tem o prazo de 30 anos contados a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente.

Em 29 de julho de 2022, a Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A. que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos, a concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga, com prazo de vigência até 2056.

O contrato de concessão vigente estabelece uma série de investimentos e novos indicadores específicos a serem cumpridos pela Companhia, relacionados com acidentes ferroviários graves, velocidade média de percurso, idade máxima da frota de locomotivas e índice de saturação da ferrovia.

Caso essas obrigações não sejam atendidas, após superada todas as fases de esclarecimentos e defesas administrativas, a ANTT poderá aplicar penalidades podendo inclusive levar a caducidade, em caso de descumprimento reiterado das metas contratuais. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, à exceção do item (i), a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2025, a MRS estava adimplente com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT.

Em 17 de setembro de 2025, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) homologou a proposta de Solução Consensual referente as alterações e aprimoramentos do contrato de prorrogação antecipada da MRS Logística celebrado em julho de 2022. A decisão do Tribunal foi proferida através do acórdão nº 2186/2025. Na sequência, o processo foi encaminhado para a ANTT, responsável pela formalização do Termo Aditivo refletindo os termos aprovados entre as partes.

Durante o 4º trimestre de 2025, a Superintendência de Ferrovias da ANTT finalizou a instrução do processo e o encaminhou à Procuradoria Federal, que emitiu parecer favorável à assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O aditivo foi assinado pelos representantes da MRS e pelos responsáveis técnicos da ANTT em 23 de dezembro de 2025. Após assinatura do Diretor-Geral da ANTT, em 14 de janeiro de 2026, ocorreu a publicação no Diário Oficial da União, edição de 16 de janeiro de 2026.

Nesse momento, houve a consolidação desse acordo e, portanto, a Companhia reconheceu em dezembro de 2025 os efeitos do 7º Termo Aditivo, tendo em vista sua representatividade, que prevê o pagamento de R$2.796.000 (R$1.666.771 a valor presente) a partir de julho de 2026 em um prazo de 10 anos.

1.2 Subsidiária

Em 19 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu a subsidiária "MRS Hidrovias S.A", sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a realização de atividades acessórias, serviços complementares ou alternativos e desenvolvimento de projetos associados ao serviço público de transporte ferroviário de carga realizado pela MRS Logística S.A. relacionados a atividade aquaviária na área de influência da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2025, a subsidiária encontrava-se em fase pré-operacional. A Companhia prevê que a subsidiária inicie suas operações a partir de 2027, conforme o andamento das etapas necessárias para a implementação do projeto. Em dezembro de 2025, o capital social da MRS Hidrovias era de R$226.250.

2. Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2026.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da MRS e de sua subsidiária é o real (“R$”) uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos.

b) Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, ela está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada. A MRS Hidrovia S.A, (controlada) é uma entidade recém-criada, que está em fase pré-operacional, em 31 de dezembro de 2025, não possui informações segmentadas para divulgação.

c) Resumo das principais políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as principais políticas contábeis materiais foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.

d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de mudança de valor nos saldos contábeis de ativos e passivos estão apresentadas a seguir:

- **Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

- **Benefícios pós-emprego**

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

- **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- **Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais**

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos. A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, eles são ajustados.

- **Taxa de depreciação, amortização e avaliação de perda do ativo imobilizado e intangível**

As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quais são revisadas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativo, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis. Se o valor contábil do ativo imobilizado ou intangível não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e até a data da emissão destas demonstrações financeiras, não havia indicativos de *impairment* sobre o imobilizado, ativos de direito de uso e intangível da Companhia (individual e consolidado).

- **Taxa de desconto referente a renovação do contrato de concessão**

A Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos a concessão original. Em 2025, houve a celebração do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., para o qual a Companhia estimou o valor presente da outorga adicional, bem como a remensuração da concessão original, utilizando taxa de desconto de 14,11% que considerou a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia. Os valores foram adicionados ao passivo de arrendamento (Nota 21) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 14.2) correspondente.

e) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (Controladora) e da controlada integral direta MRS Hidrovias S.A., na mesma data-base e de acordo com as mesmas políticas contábeis.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada direta são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia (Controladora). Todos os saldos e transações (receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados) entre as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas integralmente para fins de consolidação.

Controladas são todas as entidades para as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada por uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de sua aquisição e/ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

3. Novas normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 18 / CPC51	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027*
Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Instrumentos financeiros - divulgação	1º de janeiro de 2026

* A Companhia não pretende adotar a IFRS 18/CPC 51 antecipadamente e está atualmente avaliando o impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Reforma tributária:

Em 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a reforma da tributação sobre o consumo e estabelece a substituição gradual das contribuições ao PIS e à COFINS, bem como do ICMS, do ISS e do IPI, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A referida Lei também instituiu o Imposto Seletivo (IS), aplicável a determinados setores específicos, não abrangendo os transportadores de carga.

O período de transição para o novo modelo de tributação está previsto para ocorrer entre 2026 e 2032, sendo que no exercício inicial (2026) os novos tributos terão caráter predominantemente informativo, sem exigibilidade contábil e financeira. A Companhia monitora continuamente os potenciais impactos da Reforma Tributária e avaliará sua mensuração e divulgação nas demonstrações financeiras à medida em que as regras de transição forem consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2025	2024	2025	2024
Disponibilidades				
Caixa e bancos	35.328	9.640	35.622	9.740
	35.328	**9.640**	**35.622**	**9.740**
Aplicações financeiras no país				
CDB	4.093.868	4.134.873	4.341.425	4.134.873
	4.093.868	**4.134.873**	**4.341.425**	**4.134.873**
	4.129.196	**4.144.513**	**4.377.047**	**4.144.613**

As aplicações financeiras são lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez média de 67 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 85,0% e 103,0% (80,0% e 110,0% em 31 de dezembro de 2024).

A classificação das aplicações financeiras de acordo com o modelo de negócio está descrita na nota explicativa 22.

5. Caixa restrito

Política contábil

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com liquidez máxima de 360 dias.

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
CDB	1.921	2.880
	1.921	**2.880**

O caixa restrito em 31 de dezembro de 2025 está composto por aplicação financeira em CDB, constituída como forma de garantia do contrato comercial de compra e venda de energia elétrica no mercado livre.

Esta aplicação está lastreada em títulos no Brasil, possui liquidez máxima de 360 dias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na faixa de 100% (faixa de 100% e 100,5% em 31 de dezembro de 2024).

A classificação das aplicações financeiras em caixa restrito, de acordo com o modelo de negócio, está descrita na nota explicativa 22.

6. Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas, são reconhecidas pelo valor da contraprestação, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. Subsequentemente, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário de carga no curso normal das atividades, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem de clientes que não são partes relacionadas.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas dos recebíveis comerciais, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

Para mensuração da provisão, os recebíveis comerciais são agrupados em categorias, de acordo com o histórico de perda, natureza da cobrança e outros fatores específicos relacionados a cada categoria, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Contas a receber de partes relacionadas	7	355.891	437.104
Clientes no país		77.863	60.187
Perdas de créditos esperadas		(4.095)	(1.355)
		429.659	**495.936**
Circulante		429.659	455.502
Não circulante	7	-	40.434

7. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 informados nesta nota, são relativos às operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas, subsidiárias e profissionais chave da administração.

Política contábil

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de garantias de receitas e volumes anuais, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, as contas a receber da Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, aluguéis, venda de imobilizado e manutenção em material rodante e via permanente.

As contas a pagar e outras obrigações passivas com partes relacionadas, apresentadas no passivo, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária, investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia e demais obrigações contratuais.

Saldo em aberto com partes relacionadas:

Ativo		Controladora / Consolidado	
Contas a receber		2025	2024
Vale S.A.	(a)	106.025	192.882
CSN Mineração S.A.	(b)	117.338	110.550
Mineração Usiminas S.A.	(c)	36.534	65.453
Companhia Siderúrgica Nacional	(d)	55.324	32.499
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		19.452	15.645
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		3.264	4.886
Gerdau Açominas S.A.		5.683	2.709
CSN Cimentos Brasil S.A.		8.265	4.231
Confab Industrial S.A.		323	4.409
Gerdau Aços Longos S.A.		580	1.929
Ternium Brasil Ltda.		12	8
Sepetiba Tecon S.A.		39	49
Gerdau S.A.		103	65
Co-Log Logística de Coprodutos S.A.		51	113
Transnordestina Logística S.A.		2.724	1.676
Tora Logística S.A.	(e)	96	-
Tora Recintos S.A.		25	-
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	(f)	52	-
Companhia Metalúrgica Prada		1	-
		355.891	**437.104**
Circulante		355.891	396.670
Não circulante		-	40.434

(a) Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 consistem nos valores a receber provenientes dos serviços de frete ferroviário, bem como no reconhecimento de valores estimados a receber decorrentes dos mecanismos de proteção de receita aplicáveis a cada ano. Em fevereiro de 2025, houve o recebimento no valor de R$145.771 referente à provisão registrada em 2024 decorrente dos mecanismos de proteção de receita. No balanço de 31 de dezembro de 2025, permanece provisionado para recebimento o montante de R$19.011, correspondente ao mecanismo de proteção de receita do exercício atual, além dos valores faturados relativos ao serviço de frete ferroviário.

(b) Em janeiro de 2025, a MRS recebeu o valor de R$23.547 referente a 7ª parcela do aditivo contratual firmado em novembro de 2018 com a CSN Mineração, permanecendo pendente a última parcela com vencimento em janeiro de 2026. O valor do fluxo de pagamento em 31 de dezembro de 2025 é de R$23.547, (R$20.868 referente ao ajuste a valor presente), registrado no ativo circulante. Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 incluem valores a receber decorrentes dos serviços de frete ferroviário e reconhecimento do montante estimado a receber referente aos mecanismos de proteção de receita para os respectivos anos.

(c) Em janeiro de 2025, a MRS recebeu o valor de R$31.546 referente a 9ª parcela do aditivo contratual firmado em 2016 com a Mineração Usiminas S.A. “MUSA”, restando ainda 1 parcela, vencível em janeiro de 2026. O valor do fluxo de pagamento em 31 de dezembro de 2025 é de R$31.546, (R$30.513 referente ao ajuste a valor presente), registrado no ativo circulante.

(d) Os saldos em 31 de dezembro de 2025 incluem valores a receber decorrentes dos serviços de frete ferroviário e reconhecimento do montante estimado a receber referente aos mecanismos de proteção de receita para o respectivo ano no valor de R$ 27.637.

(e) Em dezembro de 2024, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) adquiriu a *holding* Estrela, reconhecida pela sua atuação no setor logístico. O Grupo Estrela é composto por empresas do Grupo TORA, que anteriormente à aquisição já mantinham vínculo comercial com a MRS Logística S.A., atuando como fornecedoras de serviços.

(f) Empresa do Grupo Vale, com atividades nos segmentos de cobre, minério de ferro premium e nutrientes agrícolas. Mesmo antes da participação da Vale, em dezembro de 2024, a Anglo American já mantinha relação comercial com a MRS Logística S.A.

Ativo		Controladora / Consolidado	
Adiantamentos		2025	2024
Ferrovia Interna do Porto de Santos	(g)	12.565	7.371
Tora Logística S.A.		6	-
Sepetiba Tecon S.A.		-	100
		12.571	**7.471**
Circulante		4.243	100
Não circulante		8.328	7.371

(g) A MRS Logística é cessionária da AG-FIPS para gerir, operar e expandir a Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS). O Contrato de Cessão entrou em vigor em 1º de outubro de 2023. A Associação, com 11,62% de participação da MRS, será responsável pela malha ferroviária do Porto de Santos por 35 anos.

Ativo		Controladora	
Créditos com partes relacionadas - Nota comercial		2025	2024
MRS Hidrovias S.A.	(h)	173.874	-
		173.874	**-**
Não circulante		173.874	-

(h) A Companhia adquiriu, em dezembro de 2025, Nota Comercial da MRS Hidrovias S.A. no valor de R$ 173.000, conforme a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, destinada ao fomento das operações da emissora e à aquisição de ativos ligados à atividade hidroviária.

O título vence em 15 de dezembro de 2035, possui prazo de 10 anos e remuneração de 100% da Taxa DI acrescida de 1,00% ao ano, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis (252 dias úteis). Os juros são pagos semestralmente após carência de quatro anos. Não há atualização monetária, e a operação conta com garantia real por alienação fiduciária dos ativos adquiridos (barcaças).

A Companhia possui contratos de recebíveis com algumas partes relacionadas dados como garantia a empréstimos. Tais recebíveis referem-se a volumes futuros de serviços/entregas, cujo valor depende da realização futura e, portanto, não é possível determinar um valor estimável com razoável precisão das garantias cedidas.

Exceto para as contas a receber referentes aos mecanismos de proteção de receita e aditivos contratuais, o prazo médio de recebimento das contas a receber com partes relacionadas é inferior a 16 dias.

Passivo		Contas a pagar / outras obrigações passivas		Adiantamentos		Dividendos a pagar	
		Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Vale S.A.	(i)	37.372	-	72.704	9	38.828	35.343
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.		-	-	-	-	124.902	113.693
CSN Mineração S.A.		-	12.822	1	-	113.512	63.887
Companhia Siderúrgica Nacional		-	9	-	73	26.818	63.850
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		-	-	2	15	994	905
Gerdau Açominas S.A.		-	-	6	6	-	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		16.166	17.764	299	298	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.		139	-	103	7	-	-
Usiminas Participações e Logística S.A.		-	-	-	-	39.637	36.080
Railvest Investments Inc		-	-	-	-	29.470	14.043
CSN Cimentos Brasil S.A.		13.313	12.994	21	25	-	-
Gerdau S.A.		-	-	4	4	4.666	4.247
Sepetiba Tecon S.A.		2.011	-	-	-	-	-
Companhia Metalúrgica Prada		-	306	-	-	-	-
Confab Industrial S.A.		-	-	-	23	-	-
Mitsui & Co. Steel Ltd	(j)	82.228	188.439	-	-	-	-
Ternium Brasil Ltda.		-	154	-	-	-	-
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.		-	-	-	8	-	-
Ferrovia Interna do Porto de Santos	(g)	-	1.016	-	-	-	-
Co-Log Logistica de Coprodutos S.A.		189	-	79	-	-	-
Tora Logística S.A.		3	-	16	-	-	-
Tora Recintos S.A.		-	-	1	-	-	-
Tora Transportes Ltda		7	-	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	4.797	4.337
		151.428	**233.504**	**73.236**	**468**	**383.624**	**336.385**
Circulante		114.056	233.504	73.236	468	383.624	336.385
Não circulante		37.372	-	-	-	-	-

(i) Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou com a Vale S.A. um Acordo de Investimento para viabilizar obras de adequação da malha ferroviária da MRS, incluindo a recuperação e implantação de terceiro trilho e a construção de alça ferroviária, conforme fases previstas no projeto. Os investimentos serão integralmente custeados pela Vale que, na condição de usuária investidora e de acordo com a Resolução ANTT nº 5.944/2021, após conclusão das obras, as melhorias serão incorporadas ao patrimônio da concessão da Companhia, observando-se as regras de reversibilidade aplicáveis.

(j) Em janeiro de 2025, foi realizado o pagamento de R$184.156 referente à aquisição de trilhos efetuada em 2024. O saldo de R$82.228 refere-se à compra de trilhos realizada em março de 2025. O saldo em moeda estrangeira é convertido para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação ou na data da avaliação.

Resultado		Receita de serviços		Outras receitas	
		Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Vale S.A.		2.447.772	2.285.634	38.763	141.891
CSN Mineração S.A.		1.532.588	1.378.032	17.366	17.298
Companhia Siderúrgica Nacional		456.144	559.366	32.987	95
Mineração Usiminas S.A.		337.322	262.219	10	5
Gerdau Açominas S.A.		184.198	174.212	6.440	2.889
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		206.652	165.641	92	85
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		39.745	35.682	7.184	7.499
Gerdau Aços Longos S.A.		30.217	29.279	13.231	20.065
Ternium Brasil Ltda.		3.385	2.194	-	-
Confab Industrial S.A.		8.101	19.102	101	589
CSN Cimentos Brasil S.A.		114.370	115.623	1.153	2.224
Gerdau S.A.		918	1.328	1.609	1.238
Co-Log Logistica de Coprodutos S.A.		12.475	10.146	12	-
Sepetiba Tecon S.A.		-	-	173	225
Transnordestina Logística S.A.		-	-	6.139	8.221
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.		-	-	201	163
Salobo Metais S/A	**(k)**	728	-	-	-
Anglo American Minério De Ferro Brasil S.A.		3.753	-	52	-
Tora Logística S.A.		3.876	-	138	-
Tora Recintos S.A.		137	-	-	-
Tora Transportes Ltda		727	-	-	-
		5.383.108	**5.038.458**	**125.651**	**202.487**

Resultado		Receitas financeiras		Receitas financeiras	
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Vale S.A.		774	792	774	792
CSN Mineração S.A.		11.093	11.098	11.093	11.098
Companhia Siderúrgica Nacional		602	1.389	602	1.389
Mineração Usiminas S.A.		3.938	7.379	3.938	7.379
Gerdau Açominas S.A.		376	112	376	112
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		251	1.511	251	1.511
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		-	1	-	1
Gerdau Aços Longos S.A.		64	64	64	64
Ternium Brasil Ltda.		39	12	39	12
Confab Industrial S.A.		181	178	181	178
CSN Cimentos Brasil S.A.		230	657	230	657
Gerdau S.A.		8	36	8	36
Co-Log Logistica de Coprodutos S.A.		23	2	23	2
Mitsui & Co. Steel Ltd.		9.018	-	9.018	-
Sepetiba Tecon S.A.		1	13	1	13
Salobo Metais S/A	**(k)**	4	-	4	-
Anglo American Minério De Ferro Brasil S.A.		9	-	9	-
Tora Logística S.A.		21	-	21	-
Tora Recintos S.A.		4	-	4	-
MRS Hidrovias S.A.	**(h)**	1.128	-	-	-
		27.764	**23.244**	**26.636**	**23.244**

(k) Empresa do Grupo Vale, especializada na exploração, lavagem e beneficiamento de minérios metálicos não ferrosos – como cobre, chumbo, zinco – com a qual a MRS iniciou, em 2025, a operação de transporte de contêineres.

		Custos/despesas operacionais e financeiras	
		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Vale S.A.		72	2.010
CSN Mineração S.A.		86	153
Companhia Siderúrgica Nacional		157	193
Gerdau Açominas S.A.		811	10
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		18.277	17.025
Gerdau Aços Longos S.A.		7	-
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.		2.196	5.482
CSN Cimentos Brasil S.A.		9	-
Mitsui & Co. Steel Ltd.		-	32.617
Gerdau S.A.		-	6
Sepetiba Tecon S.A.		6.338	9.531
Ferrovia Interna do Porto de Santos	(I)	27.919	22.850
Confab Industrial S.A.		48	-
Fundação CSN		250	-
Tora Logística S.A.		11.704	-
Tora Transportes Ltda		2.800	-
		70.674	**89.877**

(I) Os valores R$27.919 em dezembro de 2025 (R$22.850 em dezembro de 2024) referem-se aos gastos necessários para operação e gestão da Ferrovia Interna do Porto de Santos.

Pessoal chave da administração

	Resultado	
	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Benefícios de curto prazo	20.025	23.106
Benefícios pós-emprego	393	420
Outros benefícios de longo prazo	14.295	8.767
	34.713	**32.293**

8. Outras contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Créditos com partes relacionadas – Nota comercial	7.h	173.874	-	-	-
Valores a receber subarrendamento	(a)	63.948	66.127	63.948	66.127
Valores a receber - outras vendas	(b)	16.972	22.333	16.972	22.333
Demais contas a receber		18.335	8.503	18.335	8.503
Perdas de créditos esperadas	(c)	(7.847)	(5.685)	(7.847)	(5.685)
		265.282	**91.278**	**91.408**	**91.278**
Circulante		18.007	22.978	18.007	22.978
Não circulante		247.275	68.300	73.401	68.300

(a) Os subarrendamentos, registrados a valor presente no ativo circulante e não circulante, referem-se a contratos de aluguel de imóveis em que a Companhia é o arrendador intermediário de um arrendamento principal, classificado como ativo de direito de uso (arrendamento).

Política contábil

Nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, é feito uma avaliação para classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O valor a receber referente a esses contratos é registrado integralmente como contas a receber no ativo circulante e não circulante e amortizado com os devidos recebimentos. A taxa de desconto utilizada para o cálculo ao valor presente do contas a receber dos contratos de subarrendamento é a mesma do contrato de arrendamento principal, conforme nota explicativa 21.

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Subarrendamento		
Em 1º de janeiro	**166.782**	**18.735**
Adições	180	14.207
Remensurações	8.473	145.646
Desreconhecimento de contratos	(906)	711
Amortizações	(11.281)	(12.517)
Saldo final do exercício	**163.248**	**166.782**
Juros a transcorrer		
Em 1º de Janeiro	**(100.655)**	**(2.277)**
Adições	(62)	(5.683)
Remensurações	(4.941)	(103.074)
Desreconhecimento de contratos	41	165
Juros transcorridos	6.317	10.214
Saldo final do exercício	**(99.300)**	**(100.655)**
Saldo líquido	**63.948**	**66.127**

O fluxo de recebimentos futuros dos subarrendamentos, desconsiderando os juros a transcorrer, é como segue:

Controladora / Consolidado	2027	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Subarrendamentos	10.751	35.668	116.829	163.248

(b) Os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.

(c) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas considera a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis, o histórico dos clientes, a posição de seus assessores jurídicos, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações (vide política contábil NE 6).

9. Estoques

Política contábil

Os estoques são mensurados pelo custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. Os custos de produção compreendem custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos à produção e agregados aos materiais de estoque com base no custo médio ponderado. O valor realizável líquido é avaliado na data-base das demonstrações financeiras e uma provisão para perda de materiais obsoletos ou de baixa rotatividade pode ser reconhecida. As provisões e reversões de perdas de estoque são reconhecidas como “Custo dos serviços prestados”.

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Materiais de manutenção		313.106	278.707
Combustível	26	19.965	13.992
Materiais em processo de recuperação		20.727	12.438
Importações em andamento		442	1.309
Materiais em poder de terceiros/outros		16.692	14.947
Provisão para perdas		(11.959)	(10.133)
		358.973	**311.260**

10. Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os tributos a recuperar são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação esperada ultrapassa esse período.

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
PIS/Cofins a recuperar	(a)	93.743	161.825	96.173	161.825
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(b)	222.207	188.852	222.207	188.852
Imposto de renda retido	(c)	66.738	115.312	68.792	115.312
Outros		779	671	779	671
		383.467	**466.660**	**387.951**	**466.660**
Circulante		263.224	325.341	266.787	325.341
Não circulante		120.243	141.319	121.164	141.319

(a) O saldo de PIS e Cofins a recuperar refere-se aos créditos apurados sobre aquisição de ativos e de insumos e também dos créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins. Este último é decorrente da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 13 de maio de 2021, em julgamento com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para o PIS e a Cofins e tendo em vista que a ação ajuizada pela MRS para discussão dessa tese tem data anterior a março de 2017, a Companhia calculou, com base em sua melhor estimativa, o ganho de R$337.972, o qual foi reconhecido em 2021. Após habilitação dos créditos de PIS e Cofins em 2023, os valores passaram a ser compensados nos pagamentos de impostos federais. Em 2025 foi compensado o valor de R$72.468 (em 2024, o valor compensado foi de R$93.616).

(b) Referem-se, principalmente, a créditos decorrentes de aquisições de bens para o ativo imobilizado e de compras de insumos.

Composição dos créditos de ICMS registrados no ativo circulante:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
ICMS - RJ	84.367	66.769
ICMS - SP	69.278	68.512
Total circulante	**153.645**	**135.281**

(c) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos – *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.

11. Despesas antecipadas

Política contábil

As despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência.

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Seguros	(a)	33.021	20.884
Despesas antecipadas com pessoal		19.502	18.922
Despesas antecipadas com serviços/outros		34.735	30.645
Despesas antecipadas com verba de fiscalização ANTT		6.483	5.386
		93.741	**75.837**
Circulante		69.626	61.074
Não circulante		24.115	14.763

(a) A vigência e cobertura das apólices de seguros contratadas pela Companhia estão discriminadas na nota explicativa 35.

12. Outros ativos circulantes e não circulantes

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Depósitos judiciais	25.1	121.730	127.160	121.730	127.160
Adiantamentos a fornecedores/partes relacionadas	(a)	18.985	34.413	19.049	34.413
Adiantamentos a funcionários		18.527	15.606	18.527	15.606
Outros		7	7	7	7
		159.249	**177.186**	**159.313**	**177.186**
Circulante		37.512	42.649	37.576	42.649
Não circulante		121.737	134.537	121.737	134.537

(a) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado. O valor correspondente ao adiantamento a partes relacionadas está discriminado na nota explicativa 7.

13. Investimentos

Política contábil

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação em Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis da MRS Logística S.A., a partir da data de aquisição e/ou criação da subsidiária.

Em 19 de dezembro de 2024, a MRS Logística S.A. constituiu a MRS Hidrovias S.A., ocasião em que foi realizado aporte parcial de capital no montante de R$ 100, por meio de depósito em moeda corrente nacional, correspondente a 100.000 ações escriturais, representando 10% do capital social subscrito.

Em 5 de junho de 2025, a Companhia procedeu à integralização dos 90% remanescentes do capital subscrito, no valor de R$ 900, bem como o aumento de capital da MRS Hidrovias S.A. no montante de R$ 207.000.

Em outubro de 2025, a MRS Logística S.A. efetuou nova integralização de capital, mediante transferência de três terrenos de sua propriedade, localizados no município de Pederneiras – SP, avaliados a valor de mercado em R$ 18.250 (valor contábil de R$ 4.133). Assim, o saldo do investimento contabilizado na controladora totaliza R$ 217.711 em 31 de dezembro de 2025.

A MRS Hidrovias S.A. ainda se encontra em fase pré-operacional e tem como principal objetivo o transporte de cargas por via fluvial, oferecendo uma alternativa logística eficiente e sustentável para o transporte de cargas. Sua operação é estruturada para atender demandas de diversos setores, proporcionando redução de custos logísticos e menor impacto ambiental em comparação ao transporte rodoviário. Apesar de auferir lucro em 2025, não irá distribuir dividendos à Companhia, em linha com o posicionamento estratégico do grupo, intenso volume de investimentos previstos e principalmente a não geração de lucro operacional.

Composição dos saldos

	Participação %	2025	2024
MRS Hidrovias S.A.	**100%**	217.711	100
		217.711	**100**

Movimentação dos saldos (Controladora)

	Saldo em 01/01/2025	Resultado de equivalência	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2025
MRS Hidrovias S.A.	100	5.578	212.033	217.711
	100	**5.578**	**212.033**	**217.711**

	Saldo em 01/01/2024	Resultado de equivalência	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2024
MRS Hidrovias S.A.	-	-	100	100
	-	**-**	**100**	**100**

14. Imobilizado e ativos de direito de uso

Política contábil

Os bens do ativo imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de ativos qualificáveis, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os encargos financeiros são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigentes durante o período, aplicada sobre o saldo do imobilizado em andamento. A capitalização cessa quando a construção do ativo qualificável estiver concluída.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Todos os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário, classificados como bens da concessão, deverão ser integralmente depreciados ou amortizados pela concessionária no prazo da concessão, não cabendo qualquer indenização conforme previsão expressa na cláusula 3.2.5 do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Inicia-se a depreciação de um item do ativo imobilizado quando ele está disponível para uso. A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

A política contábil sobre os ativos de direito de uso está descrita na nota explicativa 21.

As taxas anuais de depreciação e vida útil estimadas dos principais grupos de ativos são as seguintes:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente		
Trilhos	7,69	13
Dormentes	8,33	12
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	14,53	3 a 17
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	14,35	2 a 17
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

14.1 Imobilizado em operação e em andamento

	2025							
	Imobilizado em operação							
Controladora	Via Permanente	Locomotivas	Vagões	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Em 1º de janeiro	**7.348.229**	**4.713.678**	**3.940.517**	**1.993.362**	**166.485**	**18.162.271**	**2.529.296**	**20.691.567**
Adições	934.402	433.104	304.363	156.420	46.591	**1.874.880**	1.209.151	**3.084.031**
Transferências	930.537	23.319	13.166	246.801	6.373	**1.220.196**	(1.220.196)	**-**
Reversão/(provisão) baixa	6.564	(7.794)	(10.807)	(357)	-	**(12.394)**	-	**(12.394)**
Reclassificações	-	-	-	-	-	**-**	(32)	**(32)**
Baixas	(73.559)	(75.701)	(113.663)	(2.668)	(6.695)	**(272.286)**	(9.119)	**(281.405)**
Saldo em 31 de dezembro	**9.146.173**	**5.086.606**	**4.133.576**	**2.393.558**	**212.754**	**20.972.667**	**2.509.100**	**23.481.767**
Depreciação								
Em 1º de janeiro	**(3.774.450)**	**(2.384.348)**	**(1.693.138)**	**(801.375)**	**(108.438)**	**(8.761.749)**	**-**	**(8.761.749)**
Adições	(497.331)	(231.590)	(162.611)	(106.467)	(12.979)	**(1.010.978)**	-	**(1.010.978)**
Reclassificações	(4.688)	-	-	4.688	-	**-**	-	**-**
Baixas	57.694	66.945	80.941	2.323	2.386	**210.289**	-	**210.289**
Saldo em 31 de dezembro	**(4.218.775)**	**(2.548.993)**	**(1.774.808)**	**(900.831)**	(119.031)	**(9.562.438)**	-	**(9.562.438)**
Saldo líquido do exercício	**4.927.398**	**2.537.613**	**2.358.768**	**1.492.727**	**93.723**	**11.410.229**	**2.509.100**	**13.919.329**

	2024							
	Imobilizado em operação							
Controladora / Consolidado	Via Permanente	Locomotivas	Vagões	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Em 1º de janeiro	**6.197.587**	**4.371.086**	**3.596.090**	**1.759.685**	**152.862**	**16.077.310**	**1.827.908**	**17.905.218**
Adições	560.368	380.317	390.584	112.622	21.613	**1.465.504**	1.568.303	**3.033.807**
Transferências	651.888	25.164	32.771	140.757	1.424	**852.004**	(852.004)	**-**
Reversão/(provisão) baixa	6.107	173	11.972	3.666	-	**21.918**	-	**21.918**
Reclassificações	-	-	-	-	-	**-**	(2.500)	**(2.500)**
Baixas	(67.721)	(63.062)	(90.900)	(23.368)	(9.414)	**(254.465)**	(12.411)	**(266.876)**
Saldo em 31 de dezembro	**7.348.229**	**4.713.678**	**3.940.517**	**1.993.362**	**166.485**	**18.162.271**	**2.529.296**	**20.691.567**
Depreciação								
Em 1º de janeiro	**(3.409.559)**	**(2.227.068)**	**(1.602.265)**	**(734.804)**	**(110.478)**	**(8.084.174)**	**-**	**(8.084.174)**
Adições	(420.610)	(212.470)	(153.116)	(87.832)	(7.306)	**(881.334)**	-	**(881.334)**
Baixas	55.719	55.190	62.243	21.261	9.346	**203.759**	-	**203.759**
Saldo em 31 de dezembro	**(3.774.450)**	**(2.384.348)**	**(1.693.138)**	**(801.375)**	**(108.438)**	**(8.761.749)**	**-**	**(8.761.749)**
Saldo líquido do exercício	**3.573.779**	**2.329.330**	**2.247.379**	**1.191.987**	**58.047**	**9.400.522**	**2.529.296**	**11.929.818**

	2025							
	Imobilizado em operação							
Consolidado	Via Permanente	Locomotivas	Vagões	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Em 1º de janeiro	**7.348.229**	**4.713.678**	**3.940.517**	**1.993.362**	**166.485**	**18.162.271**	**2.529.296**	**20.691.567**
Adições	934.402	433.104	304.363	156.420	59.458	**1.887.747**	1.353.289	**3.241.036**
Transferências	930.537	23.319	13.166	246.801	6.373	**1.220.196**	(1.220.196)	**-**
Reversão/(provisão) baixa	6.564	(7.794)	(10.807)	(357)	-	**(12.394)**	-	**(12.394)**
Reclassificações	-	-	-	-	-	**-**	(32)	**(32)**
Baixas	(73.559)	(75.701)	(113.663)	(2.668)	(6.695)	**(272.286)**	(9.119)	**(281.405)**
Saldo em 31 de dezembro	**9.146.173**	**5.086.606**	**4.133.576**	**2.393.558**	**225.621**	**20.985.534**	**2.653.238**	**23.638.772**
Depreciação								
Em 1º de janeiro	**(3.774.450)**	**(2.384.348)**	**(1.693.138)**	**(801.375)**	**(108.438)**	**(8.761.749)**	**-**	**(8.761.749)**
Adições	(497.331)	(231.590)	(162.611)	(106.467)	(12.979)	**(1.010.978)**	-	**(1.010.978)**
Reclassificações	(4.688)	-	-	4.688	-	**-**	-	**-**
Baixas	57.694	66.945	80.941	2.323	2.386	**210.289**	-	**210.289**
Saldo em 31 de dezembro	**(4.218.775)**	**(2.548.993)**	**(1.774.808)**	**(900.831)**	**(119.031)**	**(9.562.438)**	**-**	**(9.562.438)**
Saldo líquido do exercício	**4.927.398**	**2.537.613**	**2.358.768**	**1.492.727**	**106.590**	**11.423.096**	**2.653.238**	**14.076.334**

Baixas

Locomotivas e Vagões

Os valores líquidos de R$8.756 e R$32.722 apresentados nos grupos de locomotivas e vagões respectivamente, são decorrentes, principalmente, das baixas das locomotivas e vagões inutilizados no ano de 2025 e das baixas dos componentes para locomotivas e vagões.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização. O prazo de conclusão de cada projeto depende da complexidade e do cronograma de entrega.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi R$121.888 (R$61.268 em 31 de dezembro de 2024). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 14,28% ao ano (11,74% no ano de 2024), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Ativos em garantia

A Companhia possui vagões e locomotivas dados em garantia de financiamentos. O valor residual em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, dos ativos dados em garantia é de R$1.223.582 e R$1.037.459, respectivamente.

14.2 Ativos de direito de uso (arrendamento)

	2025				
Controladora / Consolidado	**Bens vinculados a concessão (a)**	**Veículos**	**Imóveis**	**Outros**	**Total**
Custo					
Em 1º de janeiro	**3.783.430**	**59.636**	**32.731**	**5.387**	**3.881.184**
Adições	1.666.771	-	798	1.849	**1.669.418**
Subarrendamento	(2.785)	-	-	-	**(2.785)**
Remensuração atualização monetária	(101.646)	18.438	805	103	**(82.300)**
Saldo em 31 de dezembro	**5.345.770**	**78.074**	**34.334**	**7.339**	**5.465.517**
Depreciação					
Em 1º de janeiro	**(1.271.087)**	**(47.023)**	**(21.045)**	**(5.104)**	**(1.344.259)**
Adições	(79.887)	(15.599)	(6.484)	(932)	**(102.902)**
Saldo em 31 de dezembro	**(1.350.974)**	**(62.622)**	**(27.529)**	**(6.036)**	**(1.447.161)**
Saldo líquido do exercício	**3.994.796**	**15.452**	**6.805**	**1.303**	**4.018.356**

(a) A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT extinguiu o Contrato de Arrendamento nº 072/96, nos termos da Lei nº 13.448, de junho de 2017, e do Decreto nº 10.161, de 9 de dezembro de 2019, por meio do terceiro aditivo ao Contrato de Concessão, publicado no DOU de 14 de abril de 2022, mediante a transferência à Concessionária dos bens móveis e da cessão de uso dos bens imóveis. Em consequência da primazia da essência sobre a forma, esta extinção contratual não acarretou impacto às demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que foram mantidas as obrigações financeiras a pagar decorrentes do contrato de arrendamento desses ativos. Em dezembro de 2025, a Companhia reconheceu os efeitos do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que prevê o pagamento de R$2.796.000 (R$1.666.771 a valor presente) a partir de julho de 2026, em um prazo de 10 anos.

	2024				
Controladora / Consolidado	**Bens vinculados a concessão (a)**	**Veículos**	**Imóveis**	**Outros**	**Total**
Custo					
Em 1º de janeiro	**3.765.840**	**39.841**	**27.838**	**4.693**	**3.838.212**
Adições	-	5.029	3.355	-	**8.384**
Subarrendamento	(51.972)	-	-	-	**(51.972)**
Remensuração atualização monetária	69.562	14.766	1.538	694	**86.560**
Saldo em 31 de dezembro	**3.783.430**	**59.636**	**32.731**	**5.387**	**3.881.184**
Depreciação					
Em 1º de janeiro	**(1.192.512)**	**(38.432)**	**(14.680)**	**(4.346)**	**(1.249.970)**
Adições	(78.575)	(8.591)	(6.365)	(758)	**(94.289)**
Saldo em 31 de dezembro	**(1.271.087)**	**(47.023)**	**(21.045)**	**(5.104)**	**(1.344.259)**
Saldo líquido do exercício	**2.512.343**	**12.613**	**11.686**	**283**	**2.536.925**

15. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis decorrentes da renovação da concessão foram registrados a valor presente e estão sendo amortizados pelo período de vigência do Quarto Termo Aditivo que renovou o contrato de concessão.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis foi estimada em 20% ao ano, exceto para os direitos da concessão que estão sendo amortizados pelo período do contrato.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido pela venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

	2025			
Controladora / Consolidado	**Sistemas informatizados e *software***	**Direitos da concessão**	**Projetos em andamento**	**Total**
Custo				
Em 1º de janeiro	**434.828**	**161.229**	**32.513**	**628.570**
Adições	339	-	2.641	**2.980**
Transferências	4.889	-	(4.889)	**-**
Reclassificações	8.160	-	(8.128)	**32**
Correção monetária - Concessão	-	39.981	-	**39.981**
Baixas	(54)	-	-	**(54)**
Saldo em 31 de dezembro	**448.162**	**201.210**	**22.137**	**671.509**
Depreciação				
Em 1º de janeiro	**(293.095)**	**(10.718)**	**-**	**(303.813)**
Adições	(40.802)	(4.839)	-	**(45.641)**
Baixas	54	-	-	**54**
Saldo em 31 de dezembro	**(333.843)**	**(15.557)**	**-**	**(349.400)**
Saldo líquido do exercício	**114.319**	**185.653**	**22.137**	**322.109**

	2024			
Controladora / Consolidado	**Sistemas informatizados e *software***	**Direitos da Concessão**	**Projetos em andamento**	**Total**
Custo				
Em 1º de janeiro	**408.603**	**169.654**	**33.151**	**611.408**
Adições	9.098	-	16.432	**25.530**
Transferências	16.636	-	(16.636)	**-**
Reclassificações	2.500	-	-	**2.500**
Correção monetária - Concessão	-	(8.425)	-	**(8.425)**
Baixas	(2.009)	-	(434)	**(2.443)**
Saldo em 31 de dezembro	**434.828**	**161.229**	**32.513**	**628.570**
Depreciação				
Em 1º de janeiro	**(255.607)**	**(7.192)**	**-**	**(262.799)**
Adições	(39.497)	(3.526)	-	**(43.023)**
Baixas	2.009	-	-	**2.009**
Saldo em 31 de dezembro	**(293.095)**	**(10.718)**	**-**	**(303.813)**
Saldo líquido do exercício	**141.733**	**150.511**	**32.513**	**324.757**

Projetos em andamento
Os projetos em andamento estão substancialmente representados por gastos incorridos no desenvolvimento de *softwares* e outras soluções tecnológicas que se enquadram na classificação de ativo intangível. O prazo de conclusão de cada projeto depende da complexidade e do cronograma de entrega.

Direitos da Concessão
Os direitos da concessão são registrados em contrapartida das “Obrigações da concessão” referente aos valores a pagar decorrentes do 4º Termo Aditivo.

16. Fornecedores

Política contábil
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Valores a pagar a partes relacionadas	114.056	220.682	114.056	220.682
Fornecedores a pagar – nacionais	487.089	596.371	502.155	596.371
Fornecedores a pagar – estrangeiros	16.466	21.606	16.466	21.606
	617.611	**838.659**	**632.677**	**838.659**

17. Obrigações sociais e trabalhistas

Política contábil

A Companhia adota o Plano de Participação nos Resultados – PPR em que todos os colaboradores são elegíveis e no qual são consideradas metas corporativas e metas específicas das áreas. A Companhia efetua a provisão baseada na medição do cumprimento das metas da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro.

Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
PPR – Plano de Participação nos Resultados/Bônus	155.488	139.234
Provisão para férias	61.173	54.845
Salários a pagar	44.386	50.037
INSS	32.776	30.470
FGTS	9.632	9.621
IRRF a pagar	12.074	5.331
Outros	11.616	8.817
	327.145	**298.355**

18. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	17.273	145.094	19.357	145.094
Contribuição social	2.719	3.693	2.689	3.693
	19.992	**148.787**	**22.046**	**148.787**

19. Outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS	50.384	48.594	50.384	48.594
INSS retido terceiros	8.928	10.820	9.433	10.820
ISS	5.964	7.349	6.152	7.349
PIS/Cofins	4.175	9.509	4.181	9.509
Outros	182	51	182	51
	69.633	**76.323**	**70.332**	**76.323**

20. Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Os empréstimos são apresentados no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período.

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Moeda nacional			
FINEM/FINAME - BNDES	(a)	1.092.489	873.099
Banco Safra	(b)	-	210.239
Banco MUFG	(c)	406.606	405.170
Notas promissórias	(d)	-	744.620
		1.499.095	**2.233.128**
Custos da transação		(390)	(1.300)
		1.498.705	**2.231.828**
Moeda estrangeira			
Banco Citibank	(e)	96.618	118.281
		96.618	**118.281**
Custos da transação		(12.438)	(14.037)
		84.180	**104.244**
Debêntures	(f)		
7ª Emissão		-	129.995
10ª Emissão		946.809	1.567.927
11ª Emissão		1.987.390	1.969.941
12ª Emissão		2.527.458	2.377.584
13ª Emissão		2.926.016	-
		8.387.673	**6.045.447**
Custos da transação		(308.238)	(212.761)
		8.079.435	**5.832.686**
Total de empréstimos e financiamentos		**9.662.320**	**8.168.758**
Circulante		1.019.211	556.333
Não circulante		8.643.109	7.612.425

(a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais "*spread*" até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam à redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos, passagens inferiores e projetos sociais. Essas operações têm como garantia recebível de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados e direitos emergentes. Em janeiro de 2022 ocorreu a captação de R$18.072, com vencimento programado para julho de 2035, a uma taxa de 11,38% a.a.

As operações de FINAME são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal iguais à taxa efetiva. Os FINAME's tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas. Nessas operações, a garantia é composta pelos próprios bens adquiridos — como vagões e locomotivas — que são objetos dos financiamentos. Em agosto de 2022 a Companhia obteve a liberação de R$600.000, junto ao BNDES, com prazo de 16 anos, a uma taxa de IPCA + 6,69% a.a. Em janeiro de 2025 a Companhia obteve a liberação de R$227.363, junto ao BNDES, com prazo de 16 anos, a uma taxa de IPCA + 7,8742% a.a.

(b) Em junho de 2025 a Companhia liquidou antecipadamente, como estratégia voltada à otimização do seu fluxo de caixa, a Nota Comercial de Exportação, junto ao Banco Safra, totalizando o pagamento de R$214.196.

(c) Os financiamentos junto ao Banco MUFG referem-se a duas captações realizadas em maio e junho de 2023, nos valores de R$300.000 e R$100.000, respectivamente. A modalidade das duas captações é a linha 4131 sintética, com vencimento de 3 anos, a um custo respectivo de CDI+ 1,70% e 1,67%. Nesta operação não há garantias e o objetivo da captação é suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo.

(d) Em junho de 2025 a Companhia liquidou antecipadamente, como estratégia voltada à otimização do seu fluxo de caixa, a Nota Promissória, junto ao Banco Itaú, totalizando o pagamento de R$792.725.

(e) O financiamento junto ao Banco Citibank refere-se a uma captação realizada em junho de 2023, no valor de US$21.614, R$105.058, na modalidade de ECA *Financing* (*Export Credit Agency*). O custo da operação é de SOFR+ 0,90%. Essas operações têm como garantia equipamentos importados da Suíça adquiridos a partir do financiamento. Em 2025 foram pagos as parcelas de principal da operação, totalizando R$9.969. A operação junto ao Citibank está protegida por instrumento derivativo de *swap* e é designada a *hedge accounting* de valor justo.

(f) Debêntures

- *7ª Emissão*
  Em fevereiro de 2025 ocorreu a liquidação integral de principal e juros, no valor de R$131.695.

- *10ª Emissão*
  Entre agosto e setembro de 2021, a Companhia realizou sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 150.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1ª, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R$1.500.000, sendo R$700.000 alocados na 1ª série, R$300.000 alocados na 2ª série e R$500.000 na 3ª série. A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 100,00% do CDI+1,30% ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 5º ano. A 2ª série foi colocada a mercado, com juros de 4,97% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização anual a partir do 8º ano. A 3ª série foi colocada a mercado, com juros de 5,06% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização anual a partir do 13º ano.

Para a 10ª emissão de debêntures, somente a 2ª e 3ª séries possuem operações de *swap* e designação para *hedge accounting* de valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

Em junho de 2025 a Companhia liquidou antecipadamente, como estratégia voltada à otimização do seu fluxo de caixa, a 1ª série da 10ª emissão de debêntures, totalizando o pagamento de R$732.031.

- *11ª Emissão*
  Em outubro de 2023, a Companhia realizou sua 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Resolução CVM 160. Foram emitidas 2.000.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1ª, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R$2.000.000, sendo R$400.000 alocados na 1ª série, R$800.000 alocados na 2ª série e R$800.000 alocados na 3ª série. A 1ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,2414% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização no 10º ano. A 2ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,3439% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 12 anos e amortização anual a partir do 10º ano. A 3ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,4496% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização anual a partir do 13º ano. Para a 11ª emissão de debêntures, as 3 séries são protegidas por instrumento derivativo de *swap* e são designadas para *hedge accounting* de valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram designados em forma de reembolso para projetos de investimentos já realizados em 2021 e 2022 sendo destinado ao caixa da Companhia.

- *12ª Emissão*
  Em outubro de 2024, a Companhia realizou sua 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Resolução CVM 160. Foram emitidas 2.500.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1ª, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R$2.500.000, sendo R$500.000 alocados na 1ª série, R$1.000.000 alocados na 2ª série e R$1.000.000 alocados na 3ª série. A 1ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,5251% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização no 10º ano. A 2ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,5514% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 12 anos e amortização anual a partir do 10º ano. A 3ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,5796% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização anual a partir do 13º ano. Para a 12ª emissão de debêntures, as 3 séries são protegidas por instrumento derivativo de *swap* e são designadas para *hedge accounting* de valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram designados em forma de reembolso para projetos de investimentos já realizados em 2023 e 2024 sendo destinado ao caixa da Companhia.

- *13ª Emissão*
  Em julho de 2025, a Companhia realizou sua 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Resolução CVM 160. Foram emitidas 2.800.000 debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação no montante de R$2.800.000, sendo R$600.000 alocados na 1ª série e R$2.200.000 alocados na 2ª série. A 1ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 7,2638% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 07 anos e amortização no 7º ano. A 2ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,8437% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização anual a partir do 13º ano. Para a 13ª emissão de debêntures, as 2 séries são protegidas por instrumento derivativo de *swap* e são designadas para *hedge accounting* de valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram designados em forma de reembolso para projetos de investimentos já realizados em 2024 e 2025 sendo destinado ao caixa da Companhia.

Fluxo de amortização dos financiamentos de longo prazo:

	Controladora / Consolidado			
	FINEM/FINAME - BNDES	Banco Citibank	Debêntures	Total
2027	86.000	12.978	488.858	587.836
2028	103.253	11.928	459.992	575.173
2029	103.253	11.070	523.534	637.857
2030	89.086	10.230	484.158	583.474
2031	78.967	9.354	450.171	538.492
2032	78.967	8.519	723.440	810.926
2033	78.967	7.685	688.048	774.700
2034	78.967	6.898	992.542	1.078.407
Após 2034	308.068	3.171	3.045.078	3.356.317
	1.005.528	**81.833**	**7.855.821**	**8.943.182**

Fluxo de amortização dos custos de transação das captações de recursos:

	Controladora / Consolidado			
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Debêntures	Total
Curto prazo				
CP	99	1.502	19.392	20.993
Longo prazo				
2027	93	1.448	20.688	22.229
2028	86	1.406	21.806	23.298
2029	80	1.365	23.481	24.926
2030	32	1.319	25.676	27.027
2031	-	1.277	27.293	28.570
2032	-	1.234	28.419	29.653
2033	-	1.189	28.906	30.095
2034	-	1.144	27.013	28.157
Após 2034	-	554	85.564	86.118
	291	**10.936**	**288.846**	**300.073**
CP + LP	**390**	**12.438**	**308.238**	**321.066**

Montante dos custos de transações incorridos em cada processo de captação:

	Controladora	
	2025	2024
Debêntures 12ª emissão		2.500.000
(-) custos de captação		107.575
% custos/valor captação		4,30%
Debêntures 13ª emissão	2.800.000	
(-) custos de captação	114.518	
% custos/valor captação	4,09%	

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros ao final de cada trimestre. Todos os *covenants* foram cumpridos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A condição mais restritiva segue apresentada abaixo:

- Alavancagem: a dívida líquida não deve ser superior a 4,5x ao *EBITDA* recorrente;

As debêntures da 10ª, 11ª, 12ª e 13ª emissão não possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco.

A MRS também está sujeita a *covenants* não financeiros usualmente praticados no mercado, tais como o cumprimento de certos padrões de governança e regulatório, entre outros.

A Companhia cumpriu esses *covenants* financeiros e não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como mantém-se adimplente aos *covenants* até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A próxima data de apuração será ao final do 1º trimestre de 2026. A Companhia não identifica riscos de quebra desses limites para o próximo exercício social.

21. Arrendamento

Política contábil

Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato de arrendamento. O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos incremental da Companhia. O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento é ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

A Companhia determina sua taxa incremental, nominal, utilizando-se dos seguintes critérios:

(i) Arrendamento com o Poder Concedente: considera a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia;
(ii) Contrato de locação de imóveis: taxa cotada com instituições financeiras de relacionamento com a Companhia;
(iii) Contrato para locação de máquinas, equipamentos e outros: taxa de financiamento do BNDES (linha específica para este fim que considera TLP mais *spread* do banco).

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

(i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
(ii) Valores que se espera que sejam pagos de acordo com as garantias de valor residual e;

(iii) O preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado e é remensurado sempre que ocorre uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento. Isso inclui alterações decorrentes de índices ou taxas, modificações nos valores esperados a serem pagos em função da garantia de valor residual, revisões na avaliação da Companhia sobre o exercício de opções de compra, renovação ou rescisão, ou ainda quando houver um pagamento de arrendamento revisado que seja fixo, na essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o ajuste correspondente é incorporado ao valor contábil do ativo de direito de uso. Caso o ativo de direito de uso já tenha sido reduzido a zero, o ajuste é reconhecido diretamente no resultado.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e/ou de baixo valor
A Companhia adota a isenção de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo e para aqueles cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Nesses casos, os pagamentos permanecem sendo reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Os arrendamentos enquadrados no escopo do CPC 06 (R2) referentes aos ativos de direito de uso da Companhia foram agrupados de acordo com sua natureza conforme informações abaixo:

- Bens vinculados à concessão: contrato com a União referente aos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Após assinatura do quarto termo aditivo que renovou a concessão por mais 30 anos, os valores fixos a pagar passaram a ser reajustados anualmente pelo IPCA. Em dezembro de 2025, foi firmado o sétimo termo aditivo, que incrementou o valor da concessão a pagar e atualizou a taxa de desconto nominal utilizada no cálculo do valor presente para 14,11% (9,95% em 31 de dezembro de 2024).

- Imóveis: contratos de locação de áreas, salas comerciais, garagens, edificações e outros. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente está entre 3,99% ao ano e 16,74% ao ano.

- Veículos: contratos de locação de veículos para atender as áreas operacionais. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente está entre 8,88% ao ano e 12,66% ao ano.

- Outros: aluguel de plataforma aérea, empilhadeira, container, equipamentos de informática, eletrônicos, *software* e outros. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente está entre 4,97% ao ano e 12,66% ao ano.

Os contratos de arrendamento, exceto o contrato de arrendamento dos bens vinculados à concessão, têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em março de 2035. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação, em sua maioria pelo IPCA.

A taxa incremental de empréstimos utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos.

	2025				
Controladora / Consolidado	**Bens vinculados à concessão**	**Imóveis**	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Arrendamento a pagar					
Em 1º de janeiro	**2.981.480**	**8.700**	**14.675**	**335**	**3.005.190**
Adições	2.796.000	1.160	-	2.211	**2.799.371**
Remensuração por atualização monetária	141.590	1.048	21.680	108	**164.426**
Pagamentos	(751.783)	(3.936)	(17.818)	(1.053)	**(774.590)**
Saldo em 31 de dezembro	**5.167.287**	**6.972**	**18.537**	**1.601**	**5.194.397**
Juros a transcorrer					
Em 1º de janeiro	**(1.430.193)**	**(1.164)**	**(1.649)**	**(23)**	**(1.433.029)**
Adições/(Reversões)	(1.129.229)	(362)	-	(362)	**(1.129.953)**
Remensuração por atualização monetária	(243.235)	(244)	(3.242)	(5)	**(246.726)**
Juros transcorridos	124.702	686	3.112	236	**128.736**
Saldo em 31 de dezembro	**(2.677.955)**	**(1.084)**	**(1.779)**	**(154)**	**(2.680.972)**
Saldo líquido do exercício	**2.489.332**	**5.888**	**16.758**	**1.447**	**2.513.425**
Circulante	351.298	2.953	9.613	725	**364.589**
Não circulante	2.138.034	2.935	7.145	722	**2.148.836**

O valor de R$2.796.000 refere-se ao reconhecimento do novo valor da outorga, e o valor de R$169.065 refere-se à remensuração do arrendamento preexistente, calculada com a aplicação da nova taxa de desconto de 14,11% a.a. Conforme mencionado na nota 6, em julho de 2022 a Companhia celebrou o 4° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, garantindo o direito de exploração da malha ferroviária por mais 30 anos, a partir de 2026. O arrendamento dos bens vinculados à concessão será amortizado até 2056. A alteração da taxa de desconto decorre da mudança substancial no reconhecimento do 7º Termo Aditivo, em conformidade com os requisitos do CPC 06 (R2).

	2024				
Controladora / Consolidado	**Bens vinculados à concessão**	**Imóveis**	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Arrendamento a pagar					
Em 1º de janeiro	**3.486.234**	**8.562**	**1.929**	**737**	**3.497.462**
Adições	-	4.366	6.012	-	**10.378**
Remensuração por atualização monetária	127.212	1.919	16.152	760	**146.043**
Reclassificações	86.458	(2.764)	(22)	(4)	**83.668**
Pagamentos	(718.424)	(3.383)	(9.396)	(1.158)	**(732.361)**
Saldo em 31 de dezembro	**2.981.480**	**8.700**	**14.675**	**335**	**3.005.190**
Juros a transcorrer					
Em 1º de janeiro	**(1.459.625)**	**(3.208)**	**(119)**	**(14)**	**(1.462.966)**
Adições/(Reversões)	-	(1.011)	(983)	-	**(1.994)**
Remensuração por atualização monetária	(57.651)	(377)	(1.386)	(69)	**(59.483)**
Reclassificações	(86.458)	2.764	22	4	**(83.668)**
Juros transcorridos	173.541	668	817	56	**175.082**
Saldo em 31 de dezembro	**(1.430.193)**	**(1.164)**	**(1.649)**	**(23)**	**(1.433.029)**
Saldo líquido do exercício	**1.551.287**	**7.536**	**13.026**	**312**	**1.572.161**
Circulante	610.753	2.947	9.071	117	**622.888**
Não circulante	940.534	4.589	3.955	195	**949.273**

Fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos:

Controladora / Consolidado Arrendamento a pagar	Em até 12 meses	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Bens vinculados à concessão	648.201	1.991.515	2.527.571	**5.167.287**
Imóveis	3.403	3.025	544	**6.972**
Veículos	11.019	7.518	-	**18.537**
Outros	843	758	-	**1.601**
	663.466	**2.002.816**	**2.528.115**	**5.194.397**

Controladora / Consolidado Juros a transcorrer	Em até 12 meses	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Bens vinculados à concessão	(296.903)	(1.024.413)	(1.356.639)	**(2.677.955)**
Imóveis	(450)	(586)	(48)	**(1.084)**
Veículos	(1.406)	(373)	-	**(1.779)**
Outros	(118)	(36)	-	**(154)**
	(298.877)	**(1.025.408)**	**(1.356.687)**	**(2.680.972)**
Saldo líquido do exercício	**364.589**	**977.408**	**1.171.428**	**2.513.425**

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLA - 191, de 17 de dezembro de 2025, e no que consta do processo nº50505.055082/2025-83, deliberou a celebração do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Regional Sudeste - MRS Logística S.A., publicado no DOU de 18 de dezembro de 2025, que promove alterações no Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., em conformidade com o Termo de Autocomposição firmado em decorrência do Acórdão nº 2.186/2025 - Tribunal de Contas da União - TCU/Plenário.

Por conseguinte, a autocomposição da concessão da MRS se enquadra como uma alteração relevante em um contrato registrado de acordo com as disposições do CPC 06 (R2). Desta forma, o valor presente da outorga adicional, bem como, a remensuração da concessão original foi calculada pela nova taxa de desconto e adicionadas ao passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso correspondente.

A Companhia apresenta ativos e passivos para seus arrendamentos , sendo que o de maior representatividade refere-se aos bens vinculados ao contrato de concessão representado pela disponibilização dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga da Companhia. Além desse, foram registrados outros contratos de arrendamento referentes a bens imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres.

22. Instrumentos financeiros

Política contábil

i. Reconhecimento e mensuração inicial

Os valores das contas a receber de clientes e dos títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atenderem ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Ativos financeiros: avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração.

O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais.

A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e fluxo de caixa.

Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros: mensuração subsequente e ganho e perda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e de taxa de juros.

Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

A Companhia contrata alguns instrumentos como o de *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado.

A Companhia designou os *swaps* que protegem dívidas em dólar e IPCA como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro.

Para alguns empréstimos e debêntures a Companhia adotou o modelo de *hedge accounting*. Ao implementar o modelo de *hedge accounting* a Companhia documentou o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente.

Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo das aplicações (Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito) segue a seguinte metodologia: (i) para o cálculo do valor justo, são consideradas todas as aplicações financeiras e (ii) para o cálculo da taxa de desconto, da mensuração do valor justo, é considerada a última taxa de aplicação contratada pela instituição financeira, onde a aplicação está custodiada.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, o cálculo segue a seguinte metodologia: para operações que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública e, para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

Os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, refletem os seus valores justos.

Classificação dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Controladora	2025				2024			
	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.129.196	-	4.129.196	-	4.144.513	-	4.144.513
Caixa restrito	-	1.921	-	1.921	-	2.880	-	2.880
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	694.941	-	-	694.941	587.214	-	-	587.214
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF	-	-	415.923	415.923	-	-	55.932	55.932
Total	**694.941**	**4.131.117**	**415.923**	**5.241.981**	**587.214**	**4.147.393**	**55.932**	**4.790.539**

Controladora	2025				2024			
	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total
Passivos								
Fornecedores	617.611	-	-	617.611	838.659	-	-	838.659
Empréstimos e financiamentos em R$	1.499.095	-	-	1.499.095	2.233.128	-	-	2.233.128
Empréstimos e financiamentos em USD	-	-	96.618	96.618	-	-	118.281	118.281
Debêntures	-	-	8.387.673	8.387.673	861.372	-	5.184.075	6.045.447
Arrendamento	2.513.425	-	-	2.513.425	1.572.161	-	-	1.572.161
Outras obrigações da Concessão	372.618	-	-	372.618	217.198	-	-	217.198
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF	-	-	554.028	554.028	-	-	422.831	422.831
Total	**5.002.749**	**-**	**9.038.319**	**14.041.068**	**5.722.518**	**-**	**5.725.187**	**11.447.705**

Consolidado	2025				2024			
	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.377.047	-	4.377.047	-	4.144.613	-	4.144.613
Caixa restrito	-	1.921	-	1.921	-	2.880	-	2.880
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	521.067	-	-	521.067	587.214	-	-	587.214
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF	-	-	415.923	415.923	-	-	55.932	55.932
Total	**521.067**	**4.378.968**	**415.923**	**5.315.958**	**587.214**	**4.147.493**	**55.932**	**4.790.639**

Consolidado	2025				2024			
	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para *hedge*	Total
Passivos								
Fornecedores	632.677	-	-	632.677	838.659	-	-	838.659
Empréstimos e financiamentos em R$	1.499.095	-	-	1.499.095	2.233.128	-	-	2.233.128
Empréstimos e financiamentos em USD	-	-	96.618	96.618	-	-	118.281	118.281
Debêntures	-	-	8.387.673	8.387.673	861.372	-	5.184.075	6.045.447
Arrendamento	2.513.425	-	-	2.513.425	1.572.161	-	-	1.572.161
Outras obrigações da Concessão	372.618	-	-	372.618	217.198	-	-	217.198
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF	-	-	554.028	554.028	-	-	422.831	422.831
Total	**5.017.815**	**-**	**9.038.319**	**14.056.134**	**5.722.518**	**-**	**5.725.187**	**11.447.705**

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e à inflação atrelada ao IPCA.

Os instrumentos financeiros derivativos (*swap*) são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de *swap* apresentavam saldo líquido a pagar no valor de R$138.105 (saldo líquido a pagar de R$373.343 em 31 de dezembro 2024). As operações citadas acima tiveram suas variações contabilizadas no resultado.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *hedge* de valor justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. A eficácia do *hedge* é avaliada com base na existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

A partir da designação do *swap* para *hedge* de valor justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

		Objeto de *hedge* de valor justo	
		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Dívida	(a)	8.990.259	5.830.880
Ajuste de *hedge* de valor justo		(505.968)	(528.524)

		Impacto no resultado financeiro	
		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Receita financeira			
Ajuste de *hedge* de valor justo		-	701.122
Despesa financeira			
Ajuste de *hedge* de valor justo		(22.556)	-
Resultado financeiro líquido	(a)	**(22.556)**	**701.122**

(a) Foi adotado o *hedge accounting* para a mitigação da volatilidade da marcação a mercado do derivativo para o contrato com exposição em dólar junto ao banco Citibank, ocasionando o equilíbrio do resultado financeiro líquido. Para as 2ª e 3ª séries da 10ª emissão e para as 3 séries da 11ª, 12ª e 13ª emissão de debêntures, também há operações de *hedge accounting*.

Derivativo designado para *hedge* de valor justo	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
	Controladora / Consolidado	Controladora / Consolidado	Controladora / Consolidado	Controladora / Consolidado
Tipo de contrato	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Contratos de *swap* (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	94.169	117.134	95.740	118.004
Posição passiva				
Real CDI	(83.219)	(91.971)	(83.219)	(94.958)
			12.521	23.046
Contratos de *swap* (IPCA para real CDI)				
Posição ativa				
IPCA	8.895.210	5.714.510	8.387.701	5.184.064
Posição passiva				
Real CDI	(8.521.526)	(5.464.335)	(8.521.527)	(5.576.258)
			(133.826)	(392.194)
Total dos contratos de *swap*			**(121.305)**	**(369.148)**
Provisão de IR sobre ganhos *swap*			(16.800)	(4.195)
Total dos contratos de *swap* líquidos de IR			**(138.105)**	**(373.343)**
Classificados				
No ativo não circulante			415.923	49.488
No passivo circulante			(554.028)	(341.818)
No passivo não circulante			-	(81.013)
			(138.105)	**(373.343)**

Derivativos não designados	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
	Controladora / Consolidado	Controladora / Consolidado	Controladora / Consolidado	Controladora / Consolidado
Tipo de contrato	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Contratos de *hedge*				
Posição ativa				
Dólar variável para real fixo	-	126.692	-	127.004
Posição passiva				
Dólar variável para real fixo	-	(119.423)	-	(119.423)
Total dos contratos de *hedge*			**-**	**7.581**
Provisão de IR sobre ganhos *swap*			-	(1.137)
Total dos contratos de *swap* líquidos de IR			**-**	**6.444**
Classificados				
No ativo circulante			-	6.444
			-	**6.444**

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap* e NDF (contrato a termo de dólar). Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar ou IPCA, é calculado o valor futuro a partir das curvas futuras de mercado, respectivamente, acrescidas da taxa contratual até o vencimento. Posteriormente, o valor futuro é descontado pela curva de cupom cambial sujo ou pela curva futura DI x Pré, ambas disponibilizadas pela B3, correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo (*swap*) é convertido pela taxa de câmbio atual (*ptax* venda), caso o fluxo seja em moeda estrangeira.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI ou CDI+ taxa prefixada calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual ou taxa prefixada. Em seguida, desconta-se este resultado à curva futura DI x Pré, disponibilizada pela B3, até a data atual.

Descrição	Controladora / Consolidado					
	2025			2024		
	Valor nocional	Valor justo	Vencimentos	Valor nocional	Valor justo	Vencimentos
Contratos de "*Swap*"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	94.169	95.740		117.134	118.004	
IPCA	8.895.210	8.387.701	Até	5.714.510	5.184.064	Até
Posição passiva			Jul/40			Set/38
Taxas (pós)	(8.604.745)	(8.604.746)		(5.556.306)	(5.671.216)	

Descrição	Controladora / Consolidado					
	2025			2024		
	Valor nocional	Valor justo	Vencimentos	Valor nocional	Valor justo	Vencimentos
Contratos de "NDF"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	-	-	-	126.692	127.004	Até
Posição passiva			-			Jan/25
Moeda estrangeira	-	-		(119.423)	(119.423)	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Controladora / Consolidado								
Instituição	MRS recebe	MRS paga	Data de início	Data de vencimento	Valor nocional contratado	Valor justo em 2025 (R$)		Resultado bruto (R$)
						Ativa	Passiva	Ativa – Passiva (*)
Contratos de *swap*								
Banco JP Morgan	SOFR+ 0,90%	CDI+0,93%	06/07/2023	29/06/2035	100.258	91.375	79.418	11.957
Banco JP Morgan	SOFR+ 0,90%	CDI+1,15%	15/09/2023	29/06/2035	4.780	4.365	3.802	563
Banco Itaú	IPCA+4,97%	CDI+1,05%	16/08/2021	15/08/2031	300.000	360.207	317.562	42.645
Banco Itaú	IPCA+5,06%	CDI+1,30%	16/08/2021	15/08/2036	500.000	586.602	529.768	56.834
Banco XP	IPCA+6,2414%	CDI+0,63%	16/10/2023	15/09/2033	400.000	401.576	417.661	(16.085)
Banco Santander	IPCA+6,3439%	CDI+0,589%	16/10/2023	17/09/2035	400.000	400.333	417.610	(17.277)
Banco XP	IPCA+6,3439%	CDI+0,67%	16/10/2023	17/09/2035	400.000	400.333	417.710	(17.377)
Banco Santander	IPCA+6,4496%	CDI+0,76%	16/10/2023	15/09/2038	400.000	395.041	417.822	(22.781)
Banco BTG Pactual	IPCA+6,4496%	CDI+0,85%	16/10/2023	15/09/2038	400.000	390.106	417.933	(27.827)
Banco Goldman Sachs	IPCA+6,5251%	CDI-0,16%	03/10/2024	15/09/2034	500.000	507.847	520.853	(13.006)
Banco Goldman Sachs	IPCA+6,5514%	CDI-0,15%	03/10/2024	15/09/2036	500.000	506.580	520.869	(14.289)
Banco XP	IPCA+6,5514%	CDI-0,15%	03/10/2024	15/09/2036	500.000	506.580	520.869	(14.289)
Banco Santander	IPCA+6,5796%	CDI-0,05%	03/10/2024	15/09/2039	1.000.000	1.006.480	1.042.048	(35.568)
Banco Goldman Sachs	IPCA+7,26%	CDI-0,47%	15/07/2025	15/07/2032	600.000	627.269	639.248	(11.979)
Banco Santander	IPCA+6,8437%	CDI-0,68%	15/07/2025	16/07/2040	733.340	766.256	780.531	(14.275)
Banco XP	IPCA+6,8437%	CDI-0,68%	15/07/2025	16/07/2040	1.466.660	1.532.491	1.561.042	(28.551)
Total						**8.483.441**	**8.604.746**	**(121.305)**

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R$16.800, totalizando uma posição líquida passiva de derivativos de R$138.105 (posição líquida passiva no valor de R$366.899 em 31 de dezembro de 2024).

22.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

- Nível 2: instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

- Nível 3: instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a pagar de R$138.105 em 31 de dezembro de 2025, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

	Controladora			
	2025		2024	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Caixa e equivalente de caixa	4.129.196	2	4.144.513	2
Caixa restrito	1.921	2	2.880	2
Instrumentos financeiros derivativos ativos	415.923	2	55.932	2
Empréstimos e financiamentos em USD	(96.618)	2	(118.281)	2
Debêntures	(8.387.673)	2	(6.045.447)	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(554.028)	2	(422.831)	2
	(4.491.279)		**(2.383.234)**	

	Consolidado			
	2025		2024	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Caixa e equivalente de caixa	4.377.047	2	4.144.613	2
Caixa restrito	1.921	2	2.880	2
Instrumentos financeiros derivativos ativos	415.923	2	55.932	2
Empréstimos e financiamentos em USD	(96.618)	2	(118.281)	2
Debêntures	(8.387.673)	2	(6.045.447)	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(554.028)	2	(422.831)	2
	(4.243.428)		**(2.383.134)**	

22.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.
A alta Administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta Administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da Companhia violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

22.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* para empréstimos em moeda estrangeira ou IPCA, ambas envolvendo acréscimo de taxas prefixadas, *versus* percentual do CDI ou CDI acrescido de taxa prefixada, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

22.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

No quadro a seguir são considerados três cenários para análise de sensibilidade. Com base nos indexadores vigentes em 31 de dezembro de 2025, foi definido o cenário provável para o ano de 2026 e a partir destes cenários foram calculadas variações de 25% e 50%. No cenário provável foi utilizada a perspectiva de mercado para o fechamento de 2025, tendo como base o Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

Controladora / Consolidado	2025			
	R$ milhões		25% maior	50% maior
	Saldo	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI		15,00%	18,75%	22,50%
IPCA		4,81%	6,01%	7,22%
Passivo	**10.121,7**	**1.407,0**	**1.758,7**	**2.110,3**
Exposição em CDI	9.029,1	1.354,4	1.693,0	2.031,5
Exposição em IPCA	1.092,6	52,6	65,7	78,8
Ativo	**4.379,0**	**656,8**	**821,1**	**985,3**
Aplicações	4.379,0	656,8	821,1	985,3
Posição líquida descoberta	**5.742,7**	**750,1**	**937,6**	**1.125,0**

	Valor contábil			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos de taxa pós fixada				
Ativos financeiros	4.131.117	4.147.393	4.378.968	4.147.493
Passivos financeiros	(9.983.386)	(8.396.856)	(9.983.386)	(8.396.856)

b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com variação negativa de 11,14% (positiva de 27,91% em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	2.837	1.309
Instrumentos financeiros de *swap*/NDF	95.740	118.004
	98.577	**119.313**
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(98.694)	(210.045)
Empréstimos e financiamentos	(96.618)	(118.281)
	(195.312)	**(328.326)**
Exposição líquida	**(96.735)**	**(209.013)**

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito do derivativo mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2025 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia, considerando cenários razoavelmente possíveis. O primeiro passo foi à identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que se resumiu à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda (*ptax*) de 31 de dezembro de 2025, divulgada pelo Bacen e o volume de exposição. Adicionalmente, foram traçados três cenários, o provável, com base no último Relatório Focus divulgado pelo Bacen no período em questão e sua projeção para o ano vigente, o II com deterioração de 25% e, o III, com deterioração de 50%, na variável de risco.

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2025.

Risco de apreciação do dólar – 31 de dezembro de 2025

Controladora / Consolidado			R$ milhões
Operação	**Cenário Provável I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Hedge - Ponta ativa de *swap*	(1,07)	22,21	45,48
Dívida em US$	1,08	(22,43)	(45,93)
Risco líquido da operação no aumento US$	**0,01**	**(0,22)**	**(0,45)**

	Exposição (R$ milhões)	Exposição provável (R$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta ativa de *swap*	93,4	93,1	5,50	5,44	6,80	8,16
Dívida em US$	(94,0)	(94,0)	5,50	5,44	6,80	8,16

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia não possui garantias tomadas em relação ao contas a receber.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.129.196	4.144.513	4.377.047	4.144.613
Caixa restrito	1.921	2.880	1.921	2.880
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	694.941	587.214	521.067	587.214
Instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF	95.199	25.237	95.199	25.237
Total	**4.921.257**	**4.759.844**	**4.995.234**	**4.759.944**

Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (nota explicativa 7), representando, em 31 de dezembro de 2025, 51,2% do contas a receber total (74,4% em 31 de dezembro de 2024).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar a suspensão temporária da prestação do serviço.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa do grupo era de R$4.376.791 (R$4.144.346 em 31 de dezembro de 2024), que estavam alocados em conta corrente, em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
AAA+	2.669.564	2.669.853
AA ou AA+	1.459.376	1.706.938
Total	**4.128.940**	**4.376.791**

d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiada por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento de juros do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora / Consolidado	Fluxo de Caixa não descontado – 2025					
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 – 5 anos	5 – 8 anos	Mais que 8 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R$)	**345.889**	**316.084**	**649.964**	**2.099.873**	**2.320.072**	**3.215.700**
Partes relacionadas	**106.449**	**7.607**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores	**500.929**	**2.626**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos financeiros derivativos						
Swaps utilizados para *hedge* (USD)	**5.216**	**10.081**	**18.196**	**49.180**	**38.790**	**17.406**

Controladora	Fluxo de Caixa não descontado – 2024					
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 – 5 anos	5 – 8 anos	Mais que 8 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (R$)	**422.268**	**551.802**	**1.619.940**	**2.599.395**	**2.336.678**	**2.540.146**
Partes relacionadas	**213.610**	**7.072**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores	**498.455**	**119.522**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos financeiros derivativos						
Swaps utilizados para *hedge* (USD)	**5.226**	**11.470**	**22.424**	**56.297**	**43.220**	**52.196**

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados nas notas explicativas 7 e 14.1. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A administração adota como política a manutenção de uma base de capital sólida para preservar a confiança do investidor, credor e mercado visando o crescimento sustentável do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas de sua operação. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo	16.063.525	13.147.145	16.081.344	13.147.145
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4.129.196	4.144.513	4.377.047	4.144.613
(-) Caixa restrito	1.921	2.880	1.921	2.880
Obrigações líquidas	**11.932.408**	**8.999.752**	**11.702.376**	**8.999.652**
Total do patrimônio líquido	**8.651.391**	**7.465.937**	**8.651.391**	**7.465.937**
Relação das obrigações líquidas sobre o capital	**1,379**	**1,205**	**1,353**	**1,205**

23. Tributos diferidos

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Alteração à IAS 12/CPC 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e requer o reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento. A adoção da referida alteração não resultou em mudança nos saldos contábeis, no entanto, a Companhia passou a apresentar separadamente o ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido decorrentes de arrendamentos.

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Ativo			
Ativo de direito de uso		890.738	811.384
Provisão para riscos		209.256	194.565
Provisões diversas		64.400	91.428
Instrumentos financeiros derivativos		46.956	124.746
Provisão para perda de ativos		40.147	35.312
Provisão plano de saúde		3.128	2.796
Outros		80	42
Total ativo		**1.254.705**	**1.260.273**
Passivo			
Arrendamento		(1.393.593)	(1.134.728)
Depreciação		(212.377)	(114.447)
Ajuste marcação a mercado (*MtM)*		(171.680)	(180.043)
Provisão receita crédito tributário PIS/Cofins	**(a)**	-	(14.062)
Amortização ajustes RTT		(78.916)	(81.468)
Outros		(39.152)	(21.162)
Total passivo		**(1.895.718)**	**(1.545.910)**
Total líquido		**(641.013)**	**(285.637)**

O valor de R$1.254.705 (R$1.260.273 em 31 de dezembro de 2024) refere-se ao ativo fiscal diferido. A Companhia estimou seu lucro tributável futuro para os próximos 5 anos e ele demonstrou ser suficiente para cobrir as diferenças temporárias do ativo diferido. Desta forma, os ativos fiscais diferidos foram integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Movimentação líquida da conta de impostos diferidos:

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Em 1º Janeiro		**(285.637)**	**(63.631)**
Provisão receita crédito tributário PIS/Cofins	**(a)**	14.062	14.131
Depreciação		(97.930)	(15.770)
Provisões diversas		(27.028)	37.373
Ajuste marcação a mercado (*MtM*)		8.363	(238.445)
Amortização ajustes RTT		2.552	2.553
Provisão plano de saúde		332	(69)
Arrendamento		(258.865)	(245.901)
Ativo de direito de uso		79.354	91.363
Instrumentos financeiros derivativos		(77.790)	181.769
Provisão para riscos		14.691	(31.119)
Provisão perda ativos		4.835	(9.051)
Outros		(17.952)	(8.840)
No final do exercício		**(641.013)**	**(285.637)**

(a) Considerando o crédito decorrente da discussão da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, a Companhia esclarece que tem conhecimento do julgamento do RE 1.063.187 (Tema 962), em 30 de setembro de 2021, pela sistemática da repercussão geral, no qual o Supremo Tribunal Federal decidiu ser inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa Selic recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Restou decidido em sede de Embargos de Declaração, definitivamente julgados em 29 de abril de 2022, que a decisão produzirá efeitos prospectivos, ficando ressalvadas as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021. A decisão transitou em julgado em 10 de junho de 2022. A MRS ajuizou ação, em 1º de setembro de 2019, e teve seu recurso de apelação parcialmente provido para afastar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à taxa Selic recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário, nos moldes do *leading case*. Tendo em vista que os assessores jurídicos da MRS consideraram remota a perda da discussão em relação ao Tema 962, em julho de 2022, o valor provisionado de R$54.248 referente ao IRPJ e CSLL diferido foi revertido. A decisão definitiva favorável à MRS transitou em julgado em setembro de 2023, confirmando o prognóstico dos assessores jurídicos. Em 2025, a redução de R$14.062 foi decorrente dos créditos compensados conforme mencionado na nota 10, letra a.

PIS e Cofins Diferidos

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Em 1º Janeiro		**(1.098)**	**(2.833)**
Provisão receita crédito tributário PIS/Cofins	**10.a**	979	1.735
No final do exercício		**(119)**	**(1.098)**

24. Dividendos a pagar

Política contábil

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$369.327, equivalente ao valor de R$ 1,0928 por ação, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Lucro líquido do exercício		1.555.063	1.415.510
Apropriação para reserva legal		(77.753)	(70.776)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos		**1.477.310**	**1.344.734**
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%		369.327	336.184
Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores		14.297	201
Total dos dividendos a pagar	**7**	**383.624**	**336.385**

Em 19 de dezembro de 2025 foram pagos R$322.088 de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2024 (R$284.982 em 20 de dezembro de 2024, referente ao exercício de 2023).

25. Provisões

Política contábil

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Provisões para riscos	**25.1**	615.460	572.252
Provisões junto ao Poder Concedente	**25.2**	106.336	137.332
Provisões para benefícios pós-emprego	**25.3**	9.200	8.223
Outras provisões		35.176	29.955
		766.172	**747.762**
Circulante		74.045	112.202
Não circulante		692.127	635.560

25.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e compostas como segue:

Controladora / Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**452.479**	**77.092**	**127.247**	**6.960**	**663.778**
Adições	118.072	9.140	5.124	669	133.005
Atualizações	(58.260)	586	11.050	890	(45.734)
Baixas por reversões ou pagamentos	(165.359)	(12.474)	(659)	(305)	(178.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**346.932**	**74.344**	**142.762**	**8.214**	**572.252**
Adições	24.411	13.891	-	12.688	50.990
Atualizações	23.398	2.491	8.452	3.543	37.884
Baixas por reversões ou pagamentos	(28.873)	(11.860)	-	(4.933)	(45.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**365.868**	**78.866**	**151.214**	**19.512**	**615.460**

No decorrer dos processos, a Companhia é exigida a realizar depósitos judiciais e para garantia de execução para permitir interposição de recurso, nos termos da Lei. Os depósitos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante (vide NE 12) até que haja decisão judicial. Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

Controladora / Consolidado		Quantidade de ações (*)	Valor envolvido (*)	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	**(a)**	1.469	969.238	365.868	(44.374)	321.494
Cíveis	**(b)**	1.370	532.736	78.866	(11.528)	67.338
Fiscais	**(c)**	168	1.086.835	151.214	(64.697)	86.517
Ambientais	**(d)**	261	98.273	19.512	(1.131)	18.381
Outras	**(e)**	6	2.480	-	-	-
		3.274	**2.689.562**	**615.460**	**(121.730)**	**493.730**

(*) Referem-se aos processos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

(a) Trabalhistas

As ações trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R$969.238 (R$865.645 em 31 de dezembro de 2024). Baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R$365.868 para 1.469 processos (R$346.932 em 31 de dezembro de 2024), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

A adição no valor de R$24.411 deve-se, principalmente, a mudanças de prognóstico, resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o exercício.
A baixa de provisão no montante de R$28.873 é decorrente dos pagamentos de execução, pagamentos por celebração de acordos e mudanças de prognóstico.

(b) Cíveis

A Companhia estava envolvida em 1.370 processos, sendo 1.253 ações judiciais e 117 processos administrativos. Deste total, figura como ré em 1.115 ações judiciais e 112 processos administrativos, e como autora, confrontante ou interessada em 138 ações judiciais e 5 processos administrativos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total dessas ações cíveis, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R$532.736 (R$523.052 em 31 de dezembro de 2024).

Para os casos com prognóstico de perda provável em que a Companhia figura como ré, há uma provisão de R$78.829, correspondente a 197 processos administrativos e judiciais (R$74.287 em 31 de dezembro de 2024).

Os demais 919 processos judiciais e 111 processos administrativos, nos quais a Companhia também figura como ré, não possuem provisão constituída, uma vez que o risco de perda foi classificado como possível, sendo a maioria relacionada a pedidos de indenização por acidentes ferroviários.

Nas 1.115 ações judiciais em que a Companhia figura como ré tratam, majoritariamente, de temas como responsabilidade civil por acidentes ferroviários, questionamentos sobre cobranças por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, manutenção e reajuste de planos de saúde após desligamento de colaboradores, equiparação de planos de previdência privada ao da RFFSA, além de ações civis públicas. O valor envolvido nas ações judiciais com prognóstico de perda possível ou provável totalizava R$458.896 em 31 de dezembro de 2025.

Nos 112 processos administrativos que a Companhia figura como ré tratam, majoritariamente, de temas como sinalizações da via, manutenção/instalação de Passagens em nível, limpeza e capina na ferrovia, conservação e ocupação na faixa de domínio. O valor envolvido em tais ações com prognóstico de perda possível ou provável totalizava R$0,73 em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia figurava como autora, confrontante ou interessada em 138 ações judiciais e 5 processos administrativos. Esses casos tratam, predominantemente, de responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião, reintegração de posse e desapropriação.

O valor total envolvido nesses processos, era de R$73.840. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R$37 para 7 processos, referente a condenações ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência (R$57 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R$750 mil por evento/ocorrência e no agregado.

(c) Fiscais

A Companhia é parte em 194 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 26 ações de recuperação de tributos e 168 ações com risco possível ou provável de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido para as 168 ações era de R$1.086.835 (R$785.973 em 31 de dezembro de 2024). Baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R$151.214 (R$142.762 em 31 de dezembro de 2024), referente a 9 processos considerando a perspectiva de perda provável.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir:

· ICMS – os valores de R$92.059 e R$47.542 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual;

· Autuação INSS por suposta ausência de recolhimento de adicional ao SAT: R$11.612.

A Companhia tem 159 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R$935.621 em 31 de dezembro de 2025 (R$643.211 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre:

· Autos de infração para glosa de créditos de PIS e Cofins sobre arrendamento, tráfego mútuo e direito de passagem no valor de R$209.257;
· Auto de infração para glosa de créditos de PIS e Cofins subvenção no valor de R$22.917;
· IPTU imunidade recíproca R$142.419, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte (Tema 1297 STF);
· PIS e Cofins tráfego mútuo: R$20.086, referem-se à exigência do PIS e da Cofins sobre o ingresso de valores a título de tráfego mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária);
· ICMS Glosa de créditos: R$239.015, referem-se ao aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual;
· Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração do Livro CIAP: R$43.680.

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 20 processos judiciais e 241 processos administrativos cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R$98.273 (R$80.093 em 31 de dezembro de 2024). Baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R$19.512 referente a 15 processos considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações, permanecendo os demais como perda possível.

(e) Outras

A Companhia possui (i) 5 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) vigentes, sendo 3 decorrentes de matéria trabalhista, 1 de matéria cível e 1 de matéria ambiental e (ii) 1 Termo de Compromisso de matéria ambiental firmado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido era de R$2.480 (R$5.643 em 31 de dezembro de 2024).

25.2 Provisões junto ao Poder Concedente

As provisões junto ao Poder Concedente compreendem indenizações, multas, além de outras provisões de obrigações decorrentes da renovação da concessão.

25.3 Provisões para benefícios pós-emprego

Plano de assistência médica

Política contábil

A Companhia concede benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial e são acumulados durante o período de emprego.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, utilizando método da unidade de crédito projetado.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Plano de assistência médica	9.200	8.223

A Companhia oferta para seus empregados, um plano de assistência médica administrado pela Operadora Bradesco Saúde. O custeio do plano é na modalidade de preço pós-estabelecido, com rateio parcial das despesas, mediante o recolhimento de uma contribuição mensal dos beneficiários. Como há a participação do empregado no custeio do plano, a extensão desse benefício está garantida ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa ou aposentado, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9656/1998, regulamentados pela Resolução Normativa nº 488/2022 da ANS, que revogou a Resolução Normativa nº 279/2011. A Companhia paga à Operadora a diferença entre as despesas com a utilização do plano, acrescida da taxa de administração.

A Companhia também oferece a seus empregados e ex-empregados planos de saúde administrados pela Cooperativa Unimed Juiz de Fora. Nesse caso, são ofertados dois planos distintos, sendo um deles, em preço pós-estabelecido, destinado aos empregados ativos e o outro, em preço pré-estabelecido, destinado exclusivamente para ex-empregados. Por força dos dispositivos da Resolução Normativa nº 488/2022, no cálculo do reajuste a ser aplicado às mensalidades do plano dos ex-empregados, a Unimed Juiz de Fora deve avaliar conjuntamente toda a sua carteira de planos exclusivos para ex-empregados.

Contudo, sempre que o reajuste anual proposto pela Unimed Juiz de Fora para o plano exclusivo dos ex-empregados superar o valor percentual proposto pelo Bradesco Saúde para as contribuições do ex-empregado, a MRS repassará aos beneficiários vinculados à Unimed Juiz de Fora o mesmo valor de reajuste atribuído aos beneficiários vinculados à Bradesco Saúde e assumirá o pagamento da diferença do plano de saúde da Unimed.

Em virtude dessa medida, a Companhia assume o compromisso de custear parcialmente a assistência médica dos ex-colaboradores vinculados à Unimed Juiz de Fora e de seus respectivos dependentes.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com 18.601 vidas entre Bradesco Saúde e Unimed Juiz de Fora e as contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R$86.851 em 31 de dezembro de 2024 (19.020 vidas e R$82.886 em 31 de dezembro de 2024).

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes como outros resultados abrangentes, conforme determina o Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Em 31 de dezembro de 2025, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de assistência médica no valor de R$9.200 (R$8.223 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a) Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	8.223	8.427
Despesa reconhecida no exercício	1.183	1.060
Ganho nas obrigações	(206)	(1.264)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	**9.200**	**8.223**

b) Movimentação do passivo atuarial:

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Passivo atuarial no início do exercício	8.223	8.427
Custo do serviço corrente	309	270
Juros sobre a obrigação atuarial	874	790
Benefício pago diretamente ao plano	(531)	(497)
(Ganho)/Perda - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	325	(767)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	**9.200**	**8.223**

c) Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	Controladora / Consolidado
	2026
Custo do serviço corrente	429
Juros sobre as obrigações atuariais	1.152
Total da despesa a ser reconhecida	**1.581**

d) Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para Operadora Bradesco Saúde:

Taxa de desconto	7,0100% a.a.
Inflação de longo prazo	3,82% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,29% a.a.
Fator de envelhecimento	N/A
Tábua de mortalidade geral	BR EMS Sb 2015 segregada por sexo

e) Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para Operadora de Saúde Unimed:

Taxa de desconto	7,0100% a.a.
Inflação de longo prazo	3,82% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	2,24% a.a.
Fator de envelhecimento[1]	De 0-18 anos: R$183.28 De 19-23 anos: R$201,65 De 24-28 anos: R$231,90 De 29-33 anos: R$266,68 De 34-38 anos: R$306,68 De 39-43 anos: R$368,04 De 44-48 anos: R$448,97 De 49-53 anos: R$561,23 De 54-58 anos: R$729,63 De 59 anos acima: R$1.098,08
Tábua de mortalidade geral	BR EMS Sb 2015 segregada por sexo

[1]Custo per capita crescente por faixa etária.

Plano de previdência complementar

Política contábil

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de novembro de 2021, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R$10.528 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$9.939 em 2024), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam passivos em nome da Companhia decorrentes do plano de previdência complementar.

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Generalli Companhia de Seguros. Em 2025, a Companhia contribuiu com R$1.507 (R$1.481 em 2024) com seguro de vida de seus funcionários.

26. Outras obrigações

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Obrigações da concessão	(a)	372.618	217.198
Obrigação contratual com partes relacionadas		37.372	12.822
Combustível consignado	9	19.965	13.992
Outras obrigações a pagar		675	939
		430.630	**244.951**
Circulante		88.977	52.970
Não circulante		341.653	191.981

(a) Do total de R$372.618, R$253.556 referem-se aos recursos destinados à preservação da memória ferroviária (RPMF) e ao desenvolvimento tecnológico (RDT) que, após a definição das diretrizes e procedimentos aplicáveis pela ANTT, a Companhia reconheceu essas obrigações contratuais no passivo circulante e não circulante, ajustadas a valor presente.

O valor de R$116.740 refere-se à obrigação regulatória de compartilhamento de receita, modalidade em que a Companhia deverá compartilhar com o Poder Concedente parte da receita gerada caso realize um TKU acima do projetada e de acordo com as cláusulas do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

27. Patrimônio líquido

Política contábil

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

a) Capital subscrito e integralizado

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2025, o Conselho aprovou o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, utilizando parte do saldo da reserva de investimentos no valor de R$724.007. Esse aumento tem por objetivo o atendimento à obrigação regulatória, prevista no Quarto Termo Aditivo ao contrato de concessão.

O capital subscrito e integralizado no montante de R$4.760.879 em 31 de dezembro de 2025 (R$4.036.872 em 31 de dezembro de 2024) está dividido em 337.977.019 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes “A” e “B”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$5.000.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter, direta ou indiretamente, mais de 20% da totalidade das ações representativas do capital votante da Companhia. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em 31 de dezembro de 2025, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,12%	74.301.916	49,28%	111.968.442	33,13%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,78%	74.301.916	49,28%	100.104.788	29,62%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	20,04%	342.805	0,23%	37.856.455	11,20%
Vale S.A.	36.270.703	19,37%	769.304	0,51%	37.040.007	10,96%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,21%	-	-	26.611.282	7,87%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,38%	-	-	4.460.128	1,32%
Railvest Investments	14.747.620	7,88%	-	-	14.747.620	4,36%
Minoritários	4.137.420	2,21%	1.050.877	0,70%	5.188.297	1,54%
Total de ações	**187.210.201**	**100,00%**	**150.766.818**	**100,00%**	**337.977.019**	**100,00%**

b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da Reserva Legal é de R$629.271 (R$551.518 em 31 de dezembro de 2024).

d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

O saldo da Reserva para investimentos em 31 de dezembro de 2025 é de R$3.249.679 (R$2.865.703 em 31 de dezembro de 2024).

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de abril de 2025, o Conselho aprovou a proposta da administração da Companhia de aumento do capital social, utilizando parte do saldo da reserva de investimentos no valor de R$724.007. Esse aumento tem por objetivo o atendimento à obrigação regulatória, prevista no 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia propôs a retenção dos lucros acumulados do ano de 2025 no montante de R$1.107.983, correspondente à parcela de 75% do lucro líquido de 2025 (após a dedução de 5% destinado à reserva legal), visando o suprimento dos recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital na Companhia.

e) Outros resultados abrangentes

Os outros resultados abrangentes referem-se aos ganhos atuariais do plano de assistência médica, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
31 de dezembro de 2024	**13.204**	**(1.360)**	**11.844**
Ganhos	(325)	43	(282)
31 de dezembro de 2025	**12.879**	**(1.317)**	**11.562**

28. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	1.555.063	1.415.510
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de ações ordinárias	187.210	187.210
Média ponderada de ações preferenciais - A	81.588	81.588
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.179	69.179
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro básico)	165.844	165.844
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro diluído)	89.747	89.747
Denominador para lucros básicos por ação	353.054	353.054
Denominador para lucros diluídos por ação	346.136	346.136
Lucro básico diluído por ação ordinária	4,405	4,009
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico/diluído por ação preferencial - A	4,845	4,410
Lucro básico/diluído por ação preferencial - B	4,845	4,410

A Companhia não detém ações em circulação com potencial de diluição ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do cálculo do lucro por ação.

29. Receita líquida de serviços

Política contábil

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia no atendimento às suas obrigações de performance e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita com prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida na medida em que os serviços são executados. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

	Controladora / Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de serviços	8.054.851	7.484.648
Impostos sobre serviços	(469.793)	(459.675)
	7.585.058	**7.024.973**

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas.

Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência.

30. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização		(1.154.422)	(1.015.019)	(1.154.422)	(1.015.019)
Combustíveis/lubrificantes		(1.142.549)	(1.109.471)	(1.142.549)	(1.109.471)
Mão de obra e encargos sociais		(1.130.557)	(1.093.085)	(1.130.557)	(1.093.085)
Serviços de terceiros		(588.872)	(562.461)	(589.406)	(562.461)
Insumos/outros materiais		(308.673)	(326.925)	(308.673)	(326.925)
Partilhas de fretes e custos acessórios ao transporte		(275.419)	(271.593)	(275.419)	(271.593)
Custo da concessão	**(a)**	(78.438)	(99.332)	(78.438)	(99.332)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais		(12.192)	(12.240)	(12.192)	(12.240)
Outros		(31.272)	(34.171)	(31.366)	(34.171)
		(4.722.394)	**(4.524.297)**	**(4.723.022)**	**(4.524.297)**
Custo dos serviços prestados		(4.033.065)	(3.909.918)	(4.033.065)	(3.909.918)
Despesas gerais e administrativas		(655.746)	(595.700)	(655.746)	(595.700)
Despesas com vendas		(33.583)	(18.679)	(34.211)	(18.679)
		(4.722.394)	**(4.524.297)**	**(4.723.022)**	**(4.524.297)**

(a) Refere-se aos custos adicionais decorrentes de novas obrigações regulatórias, incluindo, dentre outras, as que estão descritas na nota explicativa 26, letra (a).

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

		Controladora / Consolidado	
		2025	2024
Outras receitas operacionais			
Multas contratuais	(a)	89.081	159.044
Venda de créditos	(b)	50.000	-
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		49.552	62.099
Receitas alternativas	(c)	38.486	32.968
Seguros		21.695	12.743
Receita na venda de imobilizado		8.496	8.891
Reversão de provisão para perda de ativos circ. não circulantes		-	25.071
Reversões de provisão para riscos		-	45.790
Outros créditos		20.567	1.733
		277.877	**348.339**
Outras despesas operacionais			
Estorno parcela legal ICMS	(d)	(126.595)	(111.341)
Valor residual do ativo imobilizado/intangível baixado		(66.983)	(63.551)
Execuções por perdas processuais		(35.496)	(29.160)
Impostos sobre outras receitas		(27.265)	(27.428)
Demais despesas tributárias		(19.565)	(26.399)
Despesas com patrocínios (incentivos fiscais)		(14.998)	(21.000)
Provisão para perdas de ativos não circulantes		(13.768)	-
Provisões para riscos		(4.315)	-
Doações		(2.603)	(3.043)
Outras despesas		(11.019)	(22.169)
		(322.607)	**(304.091)**
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		**(44.730)**	**44.248**

(a) Alguns contratos de serviços de transporte ferroviário possuem cláusulas de mecanismos de proteção de receita (*take or pay*), cujo objetivo é assegurar a realização dos volumes mínimos de transporte contratados pelos clientes. O mecanismo é acionado quando o cliente não atinge o volume mínimo estabelecido em contrato. Os valores são apurados conforme o período contratual e calculados com base nos principais itens que compõem o custo. A receita decorrente do acionamento do mecanismo de proteção é reconhecida em outras receitas operacionais. No exercício de 2025, o valor registrado a título de *take or pay* totalizou R$ 32.274, e o valor remanescente dessa rubrica refere-se a outras multas contratuais previstas em contratos.

(b) Em janeiro de 2025, através do Termo de Cessão de Créditos, a Companhia realizou a venda de créditos, originados de processo de recuperação judicial, detidos contra determinado cliente. A transação foi concluída, resultando na alienação dos direitos creditórios a um terceiro pelo valor de R$50.000, com a apuração e recolhimento dos impostos devidos.

(c) Receitas Alternativas: exploração comercial de bens ou prestação de serviços distintos do transporte ferroviário de cargas ou passageiros, das operações acessórias, do tráfego mútuo ou do direito de passagem.

(d) Valores decorrentes de estorno legal apurados conforme determinação da legislação do ICMS. A Companhia apura mensalmente o coeficiente de aproveitamento e estorna a parcela que excede a este percentual.

32. Resultado financeiro, líquido

Política contábil

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária de provisões, obrigações legais e fiscais, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e ajustes a valor presente de arrendamentos.

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos s/ aplicações financeiras		545.943	342.483	556.682	342.483
Atualização monetária do efeito da exclusão do ICMS na base do IRPJ/CSLL		25.138	4.719	25.138	4.719
Variação cambial e monetária		22.191	15.532	22.191	15.532
Ajuste a valor presente de contas a receber		20.977	28.319	20.977	28.319
Juros crédito tributário PIS/Cofins	10.a	2.424	7.716	2.424	7.716
Juros		2.025	2.177	898	2.177
Ajuste de marcação a mercado *hedge accounting*	22	-	701.122	-	701.122
Outras receitas financeiras		6.342	22.090	6.343	22.090
		625.040	**1.124.158**	**634.653**	**1.124.158**
Despesas financeiras					
Juros		(617.951)	(430.867)	(617.951)	(430.867)
Variação cambial e monetária		(347.831)	(335.210)	(347.831)	(335.210)
Juros sobre passivos de arrendamentos	21	(128.736)	(175.081)	(128.736)	(175.081)
Instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF		(96.763)	(601.936)	(96.763)	(601.936)
Ajuste de marcação a mercado *hedge accounting*	22	(22.556)	-	(22.556)	-
Outras despesas financeiras		(84.784)	(78.247)	(85.354)	(78.247)
		(1.298.621)	**(1.621.341)**	**(1.299.191)**	**(1.621.341)**
Resultado financeiro, líquido		**(673.581)**	**(497.183)**	**(664.538)**	**(497.183)**

33. Tributos sobre o lucro

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo compensável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos, previstas por lei, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidas.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.149.931**	**2.047.741**	**2.152.768**	**2.047.741**
Alíquota nominal		34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:		**730.977**	**696.232**	**731.941**	**696.232**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		**(136.109)**	**(64.001)**	**(134.236)**	**(64.001)**
Efeito da exclusão do ICMS na base do IRPJ/CSLL	**(a)**	(86.501)	(15.956)	(86.501)	(15.956)
Incentivos fiscais	**(b)**	(51.687)	(59.817)	(51.687)	(59.817)
Ajustes IR/CS exclusão PIS e Cofins base de cálculo ICMS		(856)	(2.387)	(856)	(2.387)
Ajuste de estoque		789	3.406	789	3.406
Despesas com doações		8.330	8.175	8.330	8.175
Outros		(6.184)	2.578	(4.311)	2.578
IRPJ/CSLL no resultado do exercício		**594.868**	**632.231**	**597.705**	**632.231**
Corrente		239.450	410.182	242.287	410.182
Diferido		355.418	222.049	355.418	222.049
IRPJ/CSLL no resultado do exercício		**594.868**	**632.231**	**597.705**	**632.231**
Alíquota fiscal efetiva total		27,67%	30,87%	27,76%	30,87%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes		11,14%	20,03%	11,25%	20,03%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos		16,53%	10,84%	16,51%	10,84%

(a) A Companhia realizou o levantamento de créditos de IRPJ e CSLL referentes à recuperação de valores pagos a maior nos exercícios de 2019 a 2023, em razão da não exclusão do crédito presumido de ICMS concedido pelo Estado de Minas Gerais da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Após o reconhecimento dos referidos créditos, a Companhia iniciou a compensação dos tributos administrados pela Receita Federal e já compensou o valor total recuperado, não sobrando saldos a compensar.

(b) Do valor de R$51.687, R$16.797 refere-se ao crédito presumido de ICMS MG em que a MRS Logística S.A. possui Mandado de Segurança nº 5089389-96.2024.4.02.5101/RJ, com liminar e sentença já proferidas, reconhecendo o direito a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e CSLL as receitas relacionadas ao benefício fiscal de crédito presumido do ICMS a ela concedido, afastando-se ainda, as exigências previstas na Lei nº 14.789/2023. Para cálculo do valor a ser excluído a Companhia adotou o entendimento proferido pela Receita Federal do Brasil no Ato Interpretativo nº 4 de 26 de dezembro de 2024.

34. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

34.1 Movimentações que não afetaram o caixa nas atividades de investimento

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou adições de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no valor de R$226.890 (R$439.226 em 31 de dezembro de 2024) que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Em outubro de 2025, a Companhia realizou a integralização de capital social da MRS Hidrovias S.A. mediante a transferência de ativos do imobilizado, no montante de R$4.133. Considerando que tal operação não envolveu movimentação de caixa ou equivalentes de caixa, seus efeitos não estão refletidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis.

34.2 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento

	2025					
Controladora / Consolidado	**Empréstimos bancários**	**Debêntures**	**Arrendamento**	**Total**	**Instrumentos financeiros**	**Dívida total**
Empréstimos e financiamentos 31/12/2024	**2.336.072**	**5.832.686**	**1.572.161**	**9.740.919**	**366.899**	**10.107.818**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**(989.754)**	**1.439.701**	**(774.590)**	**(324.643)**	**(337.025)**	**(661.668)**
Novas captações	227.363	2.800.000	-	3.027.363	-	3.027.363
Pagamentos do principal	(759.412)	(823.650)	(645.854)	(2.228.916)	(337.025)	(2.565.941)
Pagamento de juros	(457.705)	(422.131)	(128.736)	(1.008.572)	-	(1.008.572)
Custo da transação	-	(114.518)	-	(114.518)	-	(114.518)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**236.567**	**807.048**	**1.715.854**	**2.759.469**	**108.231**	**2.867.700**
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	1.669.418	1.669.418	-	1.669.418
Atualização de juros, variação monetária e cambial	236.567	807.048	46.436	1.090.051	108.231	1.198.282
Empréstimos e financiamentos 31/12/2025	**1.582.885**	**8.079.435**	**2.513.425**	**12.175.745**	**138.105**	**12.313.850**

	2024					
Controladora / Consolidado	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2023	**2.236.419**	**4.638.864**	**2.034.496**	**8.909.779**	**(167.716)**	**8.742.063**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**(181.579)**	**1.362.060**	**(732.361)**	**448.120**	**(36.408)**	**411.712**
Novas captações	-	2.500.000	-	2.500.000	-	2.500.000
Pagamentos do principal	(41.786)	(745.412)	(557.279)	(1.344.477)	(36.408)	(1.380.885)
Pagamento de juros	(139.793)	(285.139)	(175.082)	(600.014)	-	(600.014)
Custo da transação	-	(107.389)	-	(107.389)	-	(107.389)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**281.232**	**(168.238)**	**270.026**	**383.020**	**571.023**	**954.043**
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	8.384	8.384	-	8.384
Atualização de juros, variação monetária e cambial	281.232	(168.238)	261.642	374.636	571.023	945.659
Empréstimos e financiamentos 31/12/2024	**2.336.072**	**5.832.686**	**1.572.161**	**9.740.919**	**366.899**	**10.107.818**

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2025, foi efetuado o pagamento de R$439.124 (R$138.936 em 2024) referente a investimentos de anos anteriores.

35. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI*	Franquia
Riscos operacionais	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	30 de março de 2027	375.000	7.500
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2026**	85.000	750
RC Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	30 de abril de 2027	70.000	N/A
Seguro garantia execução contrato de concessão***	Cumprimento das obrigações com ANTT	17 de junho de 2028	1.390.723	N/A

*LMI – Limite Máximo de Indenização

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil considerando a natureza de sua atividade.

**A apólice de Responsabilidade civil foi prorrogada nos mesmos termos e condições, por mais 6 meses, passando a vigorar até 9 de agosto de 2026.

***Em 29 de julho de 2022, como condição para a assinatura do contrato da renovação da concessão, a Companhia contratou seguro-garantia. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor fixado na apólice, por eventuais prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia no contrato de concessão.

36. Segmentos operacionais

A Administração da Companhia e sua controlada, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são regularmente revisitadas pela Administração da Companhia e sua controlada para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de desempenho. Considerando que a controlada ainda se encontra em fase pré-operacional, a Administração da Companhia concluiu que não são necessárias divulgações adicionais sobre segmentos, pois opera em um único segmento operacional de exploração de concessão onerosa no serviço público de transporte ferroviário de carga.

37. Eventos subsequentes

14ª emissão de debêntures
Em 11 de março de 2026, foi concluída a 14ª emissão de debêntures, com captação de R$ 1.200.000, série única, remuneração de IPCA+6,4613% e vencimento em 15 anos. Os recursos são destinados, integralmente, para o reembolso de gastos relacionados ao Projeto de Investimento, enquadrado na forma da Lei 12.431, considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 1.520, do Ministério da Infraestrutura. A emissão contou com um sindicato de bancos para estruturação, com custos alinhados ao padrão de mercado. Foi celebrada a operação de derivativo, swap para CDI, no valor total da emissão.

Reserva de investimentos
Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de março de 2026, o Conselho propôs a retenção de 75% dos lucros acumulados de 2025, após constituição da Reserva Legal, em Reserva de Investimentos no valor de R$1.107.983, visando o suprimento dos recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital na Companhia.

Chuvas no Estado de Minas Gerais
Em fevereiro de 2026, o Estado de Minas Gerais sofreu com as fortes chuvas que geraram situação de calamidade em algumas regiões do Estado, principalmente, Juiz de Fora. Apesar dessas chuvas, a companhia não teve impacto relevante nas suas operações e segue acompanhando e diligenciando tempestivamente as intercorrências.

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Luiz Fernando Barbosa Martinez (Presidente)
João Mario Lourenço Filho
Pedro Barros Mercante Oliva
Fernando Lopes Alcântara
Patrícia Silva Rodrigues Scheel
Marcelo Leite Barros
Miguel Angel Homes Camejo
Carlos Hector Rezzonico
Wendel Gomes da Silva
Raphael Marins Martins

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial, Pessoas, Institucional, Regulatório, de Meio Ambiente e Comunidades

Félix Lopez Cid
Diretor de Infraestrutura

Henrique Rocha Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Daniel Dias Olivio
Diretor de Operações e Tecnologia da Informação

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Luiz Gustavo Bambini de Assis
Raphael Steiman
Ane Menezes Castro Matheus

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, Engenharia e Manutenção e Pessoas e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial, Pessoas, Institucional, Regulatório, de Meio Ambiente e Comunidades

Félix Lopez Cid
Diretor de Infraestrutura

Henrique Rocha Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Daniel Dias Olivio
Diretor de Operações e Tecnologia da Informação

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Luiz Gustavo Bambini de Assis

Raphael Steiman

Ane Menezes Castro Matheus

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, Engenharia e Manutenção e Pessoas e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial, Pessoas, Institucional, Regulatório, de Meio Ambiente e Comunidades

Félix Lopez Cid
Diretor de Infraestrutura

Henrique Rocha Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Daniel Dias Olivio
Diretor de Operações e Tecnologia da Informação

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Luiz Gustavo Bambini de Assis

Raphael Steiman

Ane Menezes Castro Matheus

Aos
Acionistas da
MRS Logística S.A.

Apresentamos a seguir a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2026, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2026, bem como a realização do Orçamento de Capital de 2025.

Orçamento de capital para 2026:

O orçamento de capital será financiado pelos lucros retidos no exercício de 2025 e pelos recursos próprios ou de terceiros.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 17 de março de 2026, os Conselheiros deliberaram propor em Assembleia Geral de Acionistas, a retenção de R$1.107.983 correspondente a 75% do lucro do exercício de 2025, após constituição da Reserva Legal, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2026.

O orçamento de capital para o exercício de 2026 será de R$2.943.427, controladora e R$3.314.377 consolidado e está composto pelas seguintes fontes de recursos:

Em milhares de Reais

Fontes de recursos	Controladora	Consolidado
Caixa	1.835.444	2.206.394
Lucros retidos	1.107.983	1.107.983
Total das fontes de recursos	**2.943.427**	**3.314.377**

Com relação aos projetos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2025, cabe destacar que a realização foi de R$3.400.871, 87% frente ao valor orçado originalmente para o ano, de R$3.891.122.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

A diretoria